

# MESTRADO EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E HIGIENE OCUPACIONAIS

---



Tese apresentada para obtenção do grau de Mestre  
Engenharia de Segurança e Higiene Ocupacionais  
Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

## CONDIÇÕES DE TRABALHO E DE SAÚDE EM CONTEXTO ESCOLAR

Vanessa Maria Ribeiro Moreira

**Orientador:** Professora Doutora Liliana Maria da Silva Cunha  
Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa

**Arguente:** Professor Doutor Camilo José Lopes Valverde  
Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa

**Presidente:** Professor Doutor João Manuel Abreu dos Santos Baptista  
Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

2011/2012



---

Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto  
Rua Dr. Roberto Frias, s/n 4200-465 Porto PORTUGAL

VoIP/SIP: [feup@fe.up.pt](mailto:feup@fe.up.pt) ISN: 3599\*654  
Telephone: +351 22 508 14 00 Fax: +351 22 508 14 40  
URL: <http://www.fe.up.pt> Correio Electrónico: [feup@fe.up.pt](mailto:feup@fe.up.pt)



## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente gostaria de agradecer à minha orientadora, a Professora Doutora Liliana Maria da Silva Cunha da Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa, pelo apoio e dedicação proporcionados ao longo do projeto.

À minha família e namorado por todo o apoio que sempre me deram, desde sempre.

A todos os meus amigos que partilharam comigo os desafios que este projeto me proporcionou, pela amizade, pelas conversas e pelo tempo de convívio.

Por último, e não menos importante, um grande obrigado aos professores que participaram neste estudo, pela disponibilidade e cooperação reveladas.



## RESUMO

O trabalho humano pode ser considerado como uma fonte de realização, satisfação e prazer, mas a forma como é organizado e as condições em que é realizado podem revelar-se nocivas para a saúde. Como tal, o estudo das relações entre o trabalho docente, as reais condições sob as quais ele se desenvolve e o impacto do trabalho na saúde dos professores, constituem um desafio de análise e uma necessidade de intervenção.

Pese embora o vasto conjunto de publicações existentes, em Portugal, sobre o stress e o burnout na profissão docente, o estudo das condições de trabalho e de saúde destes profissionais, constitui ainda um tema pouco abordado. Com o objetivo de caracterizar os aspetos do trabalho dos professores e a sua influência na saúde, foi realizado um estudo em três escolas pertencentes ao distrito de Aveiro. Esta pesquisa envolveu a distribuição de um inquérito validado, denominado Inquérito Saúde e Trabalho (INSAT, 2010), a 67 professores. Com base no INSAT foi efetuada uma caracterização dos dados sociodemográficos da amostra, das condições de trabalho dos professores e do impacto destas condições ao nível da sua saúde.

O propósito deste estudo consistiu em dar visibilidade à perceção dos trabalhadores sobre os riscos profissionais a que estão expostos na sua atividade, sabendo que este ponto de vista nem sempre é realmente tido em conta. Ao invés, continua a prevalecer uma abordagem de análise dos riscos ocupacionais realizada na ótica do “especialista”, descurando não raras as vezes a perspetiva dos trabalhadores em relação as suas situações reais de trabalho.

Efetivamente foi possível verificar, e apenas para o efeito da amostra estudada, a existência de associações estatisticamente significativas entre alguns problemas de saúde e as exigências e condições de realização do trabalho docente. É certo que a avaliação das condições de trabalho docente, permitiu ampliar o grau de compreensão acerca da perceção das condições de trabalho, dos riscos e do impacto destes na saúde dos professores. Os resultados obtidos apoiam a hipótese de que o desgaste provocado pelo trabalho dos professores é determinado, em boa parte, pelas condições em que o seu trabalho é realizado.

**Palavras-chave:** Condições de trabalho, saúde, professores, INSAT.



## ABSTRACT

Human labor can be considered as a source of fulfillment, satisfaction and pleasure, but the way it is organized and the conditions under which it is carried out may prove harmful to health. The relation between the teaching process, the real conditions under which it is developed and the impact of work on teacher's health constitutes a challenge for analysis and a need for intervention.

Although teacher stress and burnout is a widely published issue, in Portugal, the study of working conditions and health of these professionals is a subject rarely addressed. To characterize work aspects of teachers and their influence on health, a study was carried out on several schools in the district of Aveiro. This research involved a validated survey, called Inquérito Saúde de Trabalho (INSAT, 2010), which was distributed to 67 teachers. Based on INSAT, the demographic sample, the working conditions of teachers and the impact of these conditions on their health was characterize.

The purpose of this study was to give visibility to the perception of workers about the occupational hazards related to their activities, knowing that this view is not sufficiently taken into account. Instead, an approach still prevails analysis of occupational risks taken in the "expert" view, forgetting the workers perspective about their real work conditions.

It was possible to verify, only for the study sample, that there were statistically significant associations between some health problems and the requirements and conditions of teachers work. Admittedly, the evaluation of the teacher work conditions, amplified the understanding level about the perception of working conditions, risks and the impact on teachers health. The results support the hypotheses that the teachers strenuousness, led by labor, is determined by the condition in which their work is done.

**Keywords:** Working conditions, health, teachers, INSAT.





## ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO .....	1
2	ESTADO DA ARTE .....	3
2.1	Enquadramento Legal e Normativo .....	3
2.1.1	Legislação .....	4
2.1.2	Normas .....	5
2.2	Conhecimento Científico .....	6
2.3	A Evolução da Atividade Docente.....	7
2.4	Condições de Trabalho e Exposição aos Riscos Ocupacionais .....	9
2.5	Impacto do Trabalho na Saúde .....	10
3	OBJETIVOS E METODOLOGIA .....	11
3.1	Objetivos da Tese.....	11
3.2	Metodologia Global de Abordagem .....	11
3.3	Materiais e Métodos.....	12
4	TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS .....	15
4.1	Análise Descritiva dos Dados .....	15
4.1.1	Género .....	15
4.1.2	Grupo Etário .....	16
4.1.3	Nível de Escolaridade.....	16
4.1.4	Ano de Admissão na Instituição .....	17
4.1.5	Situação Laboral .....	17
4.1.6	Tempo de Trabalho.....	18
4.1.7	Ambiente Físico.....	18
4.1.8	Constrangimentos Físicos.....	20
4.1.9	Constrangimentos do Ritmo de Trabalho .....	21
4.1.10	Autonomia e Iniciativa .....	23
4.1.11	Relações de Trabalho.....	25
4.1.12	Características Do Trabalho .....	26
4.1.13	Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais.....	29
4.1.14	Informação sobre os Riscos Profissionais .....	31
4.1.15	Saúde e Trabalho .....	33

4.1.16	Saúde e Bem-estar .....	35
5	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	39
6	CONCLUSÕES .....	49
7	PERSPECTIVAS FUTURAS .....	51
8	BIBLIOGRAFIA .....	53
	ANEXOS 1 – INSAT: Inquérito Saúde e Trabalho 2010 .....	2
	ANEXOS 2 – Análise Estatística.....	3

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição dos professores por género.....	15
Figura 2 - Distribuição dos professores por grupo etário. ....	16
Figura 3 - Distribuição dos professores quanto ao seu nível de escolaridade. ....	16
Figura 4 - Distribuição dos docentes quanto ao número de anos que exercem a profissão no mesmo estabelecimento de ensino.....	17
Figura 5 - Distribuição dos docentes quanto à sua situação laboral.....	17
Figura 6 - Distribuição dos professores quanto ao seu horário de trabalho. ....	18
Figura 7 - Distribuição dos docentes quanto ao seu ambiente físico. ....	19
Figura 8 - Distribuição dos professores em relação aos seus constrangimentos físicos.....	20
Figura 9 - Distribuição dos professores quanto aos constrangimentos do ritmo de trabalho. ....	22
Figura 10- Distribuição dos docentes em relação à autonomia e iniciativa. ....	24
Figura 11 - Distribuição dos professores quanto às suas relações de trabalho.....	25
Figura 12 - Distribuição dos professores quanto às características do seu trabalho. ....	27
Figura 13 - Distribuição dos docentes quanto aos acidentes de trabalho. ....	29
Figura 14 - Distribuição dos professores em relação às doenças profissionais.....	29
Figura 15 - Distribuição dos docentes em relação ao seu afastamento do trabalho. ....	30
Figura 16 - Distribuição dos professores em relação aos motivos do seu afastamento do trabalho. ....	30
Figura 17 - Distribuição dos professores quanto ao conhecimento sobre os riscos resultantes do seu trabalho.....	31
Figura 18 - Distribuição dos docentes quanto à preocupação existente em minimizar os riscos profissionais. ....	31
Figura 19 - Distribuição dos trabalhadores em relação à disposição de proteção individual no seu local de trabalho. ....	32
Figura 20 - Distribuição dos trabalhadores em relação à disposição de proteção coletiva no seu local de trabalho. ....	32
Figura 21 - Distribuição dos professores em relação ao grau em que a saúde está ou foi afetada pelo trabalho realizado. ....	33
Figura 22 - Distribuição dos docentes quanto ao consumo frequente de medicamentos. ...	35
Figura 23- Género versus problemas de voz. ....	39
Figura 24 - Permanecer muito tempo de pé em deslocamento versus varizes. ....	40
Figura 25 - Permanecer muito tempo sentado versus adormecimento dos membros. ....	40
Figura 26 - Exposição ao ruído nocivo ou incómodo versus dores de cabeça. ....	41

Figura 27 - Exposição ao ruído nocivo ou incómodo versus problemas de audição. ....	41
Figura 28 - Instalações inadequadas versus problemas músculo-esqueléticos. ....	42
Figura 29 - Momentos de hiper-solicitação versus nervosismo, tensão.....	42
Figura 30 - Ter que se apressar versus problemas nervosos. ....	43
Figura 31 - Ter de fazer várias coisas ao mesmo tempo versus sentir-se sempre cansado. 43	
Figura 32 - Ter que dormir a horas pouco usuais versus problemas de sono. ....	44
Figura 33 - Género versus exposição ao risco de agressão verbal. ....	44
Figura 34 - Anos de admissão na empresa versus exposição ao risco de intimidação. ....	45
Figura 35 - Trabalhar durante longos períodos de tempo ao computador versus problemas de visão.....	45
Figura 36 - Ter de ultrapassar o horário normal de trabalho versus perder a paciência com facilidade. ....	46
Figura 37 - Exposição a calor/frio ou variações de temperatura versus Problemas respiratórios.....	46
Figura 38 - Obedecer a um horário de trabalho rígido versus dificilmente irá realizar quando tiver 60 anos. ....	47
Figura 39 - Ter que "saltar" uma refeição versus problemas digestivos. ....	47

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Disposição dos professores quanto ao grau de incómodo que o ambiente físico provoca. ....	19
Tabela 2 - Disposição dos professores quanto ao grau de incómodo que os constrangimentos físicos provocam. ....	21
Tabela 3 – Disposição dos professores quanto ao grau de incómodo que os constrangimentos do ritmo de trabalho provocam. ....	22
Tabela 4- Disposição dos professores quanto ao grau de incómodo que os constrangimentos da autonomia e iniciativa provocam.....	24
Tabela 5- Disposição dos docentes quanto ao grau de incómodo que os constrangimentos das relações de trabalho provocam.....	26
Tabela 6 - Disposição dos docentes quanto ao grau de incómodo que os constrangimentos das características do trabalho provocam. ....	28
Tabela 7 - Disposição dos docentes quanto aos seus problemas de saúde e em relação às causas desses problemas.....	34
Tabela 8 - Disposição dos professores quanto aos seus problemas de saúde e a sua relação com o trabalho realizado.....	36



## **SIGLAS, ABREVIATURAS E UNIDADES**

<b>Sigla</b>	<b>Significado</b>
<b>dB</b>	Décibel
<b>INSAT</b>	Inquérito Saúde e Trabalho
<b>L<sub>C,pico</sub></b>	Valor Máximo de Pressão Sonora Ponderado C
<b>L<sub>Ex,8h</sub></b>	Nível de Exposição Diária para um Dia de Trabalho Nominal de 8 horas
<b>NIOSH</b>	National Institute for Occupational Safety and Health
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho
<b>OMS</b>	Organização Mundial de Saúde
<b>Pa</b>	Pascal
<b>SHT</b>	Segurança e Higiene do Trabalho
<b>SPQ</b>	Sistema Português da Qualidade





## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o mercado de trabalho é vincado pela competitividade, pela ampla necessidade de mudança e adaptação, pela flexibilidade, pelas novas tecnologias e pela atualização profissional, acompanhados de uma incrível rapidez, advinda da globalização. As condições de trabalho, têm vindo a sofrer grandes transformações resultando num sentimento cada vez mais acentuado de insegurança laboral. As consequências destas condições de trabalho têm efeitos na satisfação do trabalho e produtividade do trabalhador, na sua saúde, no absentismo e custos económicos daí resultantes, entre outros (Martins, 2008).

O ensino em Portugal e na Europa tem passado nos últimos anos por um processo acelerado de mudanças profundas. As transformações sociais, políticas e económicas foram rápidas e acentuadas, lançando novos reptos aos sistemas de ensino em geral e aos professores em particular, à sua capacidade de resposta a uma realidade cada vez mais mutável, exigente e global. Esta situação levou a que muitos professores sintam cada vez mais a necessidade de se ajustarem às novas exigências sociais, tecnológicas e profissionais com que são confrontados no seu dia a dia (Picado, 2009).

Estas recentes exigências e obrigações que se configuram aos professores coincidem com um processo histórico, de uma veloz transformação do contexto social, no qual o papel do professor se modificou por completo, deixando entreabertas lacunas entre o ideal e a realidade do trabalho docente (Paschoalino, 2008). A escola e o professor devem possuir um papel de destaque, sendo considerados um modelo a seguir pelos alunos, mas as constantes mudanças em que o sistema educativo se encontra, originam nos professores sentimentos de mal-estar e impotência para desempenhar as suas funções, e o trabalho é realizado geralmente sob alguns fatores potencialmente stressantes como os baixos salários, o mau comportamento dos alunos, as precárias e escassas condições de trabalho, a carga horária elevada, um número excessivo de alunos por turma, entre outros (Carlotto, 2003).

Como anteriormente referido, atualmente é evidente a perda de prestígio por parte dos professores, encontrando-se a sua imagem social num estado de degradação. No entanto, e de acordo com um estudo realizado por Braga da Cruz (1988), os próprios professores parecem também atribuir um baixo estatuto à profissão de docente. A massificação do ensino trouxe grandes alterações à classe docente, originou um aumento brusco do número de alunos e de escolas e, necessariamente, de professores, com consequentes problemas (Jesus, 2000). A profissão dos professores foi classificada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como uma profissão de risco, correndo o risco de esgotamento físico e mental face às atuais condições de trabalho (OIT, 1981, cit in Picado, 2005).

Fatores ou agentes de risco ocupacional em contato com os trabalhadores podem provocar doenças devido à maneira como o trabalho é organizado e executado podendo potenciar condições acidentais (Assunção, 2003). Os riscos são tradicionalmente classificados como químicos, físicos, biológicos, ergonómicos e psicossociais. Estes riscos podem ser encontrados em estados e formas variadas no local de trabalho de um professor, sob a forma de ruído, poeiras, fraca iluminação, variações de temperatura, vibrações, duração da jornada diária, no

ritmo de trabalho, entre outros (Glina, Rocha, Batista & Mendonça, 2001). Quando presentes no quotidiano do trabalhador, tais riscos podem acarretar alterações na saúde do profissional, como ansiedade intensa, distúrbios de sono, depressão, manifestações obsessivas, falhas de desempenho, conflitos interpessoais, conflitos familiares e stress, prejudicando não só o indivíduo mas toda a sociedade em que está inserido (Glina, Rocha, Batista & Mendonça, 2001).

A categoria docente é uma das mais expostas aos ambientes conflituosos e de alta exigência de trabalho, tais como tarefas extracurriculares, reuniões e atividades adicionais, problemas com alunos que podem atingir ameaças verbais e físicas, pressão do tempo, entre outros, levando a repercussões na saúde física e mental e no desempenho profissional dos professores (Capel, 1987).

O presente trabalho constitui um contributo particularmente interessante e pertinente, onde se pretende relatar as condições de trabalho e os problemas de saúde relacionados especificamente com a profissão docente. Os professores foram a classe profissional selecionada, para o estudo e análise pretendido visto serem os profissionais onde a degradação das condições de trabalho são mais visíveis e onde a avaliação do desempenho dos mesmos é realizada sem ter em conta, muitas das vezes, as condições de trabalho e os constrangimentos intrínsecos à sua atividade. É certo que os professores podem sofrer problemas de saúde físicos e mentais, devido à variedade de funções a que estão sujeitos (Ling, 2006), assim sendo, o estudo das relações do ambiente e da organização do trabalho docente, bem como as reais condições vividas pelos professores dentro e fora do meio escolar, constituem um fator de análise para entender quais são os determinantes que afetam o trabalho docente e fazer uma reflexão das tensões vividas pelos professores no ambiente de trabalho. Os estudos existentes, em Portugal, acerca do impacto das condições de trabalho na saúde destes profissionais têm vindo a privilegiar análises “monocausais”, de única patologia, desconsiderando assim, outras queixas que também podem ser relevantes. É, neste sentido, que ganha importância a referência a problemas de saúde ditos *infra-patológicos*, como o realça o estudo desenvolvido por Guimarães (2004) acerca dos problemas de voz dos professores: trata-se de problemas sem uma aparente gravidade, mas que são “susceptíveis de se concretizarem em problemas físicos ou psicológicos profundos, a que os investigadores e técnicos em saúde no trabalho se vêem, depois, confrontados nas suas práticas de prevenção” (Barros-Duarte, Cunha & Lacomblez, 2007, p. 55).

No entanto, este estudo permite que tal assunto seja foco de uma nova investigação, onde será realizada uma avaliação das condições de exposição aos riscos profissionais intrínsecos da atividade docente e uma análise do ponto de vista dos professores em relação às suas condições de saúde e bem-estar. Para tal, alguns professores pertencentes a três escolas situadas no distrito de Aveiro, responderam a um questionário validado, denominado INSAT: Inquérito Saúde e Trabalho (Barros-Duarte, Cunha & Lacomblez) que tem como principal objetivo estudar as consequências do trabalho e das condições de trabalho, atuais e passadas, ao nível da saúde e do bem-estar.

O estudo das relações entre o processo de trabalho docente, as reais condições sob as quais ele se desenvolve e o impacto do trabalho na saúde dos professores constituem um desafio e uma necessidade, pois a escola é um problema de todos e diz respeito a todos os cidadãos.

## **2 ESTADO DA ARTE**

O trabalho é o resultado do esforço, do dispêndio de energia física e mental do indivíduo produzindo bens e serviços, além de satisfazer as necessidades individuais e o bem-estar pessoal, contribuindo, ainda, para a manutenção e desenvolvimento da sociedade como um todo (Laurell & Noriega, 1989). O processo saúde-doença é também construído no trabalho, pois neste espaço é possível desenvolver as capacidades tornando-se num espaço de construção da história individual e de identidade social (Dejours, 1998). Por outro lado, estudos realizados comprovam que o ambiente laboral pode também produzir “enfermidades ocupacionais”, comprometendo a saúde física e mental do indivíduo (Mendes, 1995).

No entanto, a organização do trabalho ocupa um lugar central nesta temática, não somente por estabelecer como o trabalho será feito, mas também porque apresenta um papel importante nos processos de desgaste físico e mental dos trabalhadores.

Dejours (1998) fez uma distinção entre os conceitos de condição e organização de trabalho, onde referiu que a condição de trabalho pode ser entendida por meio do ambiente físico (temperatura, pressão, ruído, vibração, radiação, altitude, etc), do ambiente químico (vapores, gases, poeiras, fumaças, etc), do ambiente biológico (vírus, bactérias, parasitas, fungos), pelas condições de higiene e de segurança e as características antropométricas do posto de trabalho. Como organização do trabalho, salientou a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa, o sistema hierárquico, as relações de poder, as questões de responsabilidade, entre outros.

O processo de trabalho e gestão em educação transformou-se profundamente nas últimas décadas (Oliveira, 2002), com claras repercussões nas condições de trabalho, na imagem social do professor e no valor social que a sociedade atribui à própria educação (Esteve, 1999). Estes aspetos podem ter repercussões importantes sobre a saúde física e mental dos professores.

Ao discutir as condições de trabalho dos professores, Oliveira (2004) apresenta outros efeitos ocasionados pelas alterações na forma de gestão e estruturação do trabalho escolar, tais como: intensificação do trabalho docente, exigência de polivalência, desgaste e insatisfação, assim como a flexibilização e precarização da profissão.

Assim, é importante conhecer a dinâmica da produção do desgaste gerado em cada situação de trabalho para viabilizar as medidas de prevenção necessárias.

### **2.1 Enquadramento Legal e Normativo**

Entende-se como risco profissional qualquer situação relacionada com o trabalho que possa prejudicar física ou psicologicamente a segurança e/ou saúde do trabalhador (Teixeira & Gardete, 1998). Estes riscos ocupacionais podem ser produzidos por fatores inerentes à organização do trabalho. Contudo, para serem reconhecidos como ocupacionais

devem apresentar uma relação de causa efeito, ou seja, de nexos causal com fatores e/ou agentes nocivos comprovadamente presentes no ambiente de trabalho e relacionados com as manifestações patológicas que possam afetar os trabalhadores (NIOSH, 2004).

Todavia, e como este trabalho incide sobre a percepção que os docentes têm sobre as suas condições de trabalho e de saúde, serão analisados os riscos profissionais a que os professores podem estar sujeitos e o impacto na saúde dos mesmos. Em Portugal, trabalham centenas de milhares de professores nos estabelecimentos de ensino (Guedes, 2008), desde o pré-escolar ao universitário e em todos estes locais de trabalho existem riscos que podem colocar em causa a segurança e saúde dos profissionais.

### **2.1.1 Legislação**

Apesar dos vários diplomas publicados, verifica-se que, em Portugal, a legislação não contempla qualquer regulamentação específica sobre os riscos ocupacionais a que os profissionais de educação podem estar sujeitos.

Em termos de Segurança e Higiene no Trabalho, o Decreto-Lei nº 441/91, de 14 de novembro, refere que a realização pessoal e profissional encontra na qualidade de vida no trabalho, particularmente a que é favorecida pelas condições de segurança e saúde, uma matriz fundamental para o seu desenvolvimento. Entretanto, a Lei nº 102/2009 de 10 de setembro veio revogar este Decreto-Lei, comumente designado por “Lei-Quadro” da Segurança e Saúde no Trabalho. Assim sendo, e em termos de SHT, os profissionais de educação encontram-se abrangidos pela Lei nº 102/2009 que regulamenta o regime jurídico da promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho, de acordo com o previsto no artigo 284.º do Código do Trabalho, no que respeita à prevenção. Este diploma refere que o trabalhador tem direito à prestação de trabalho em condições que respeitem a sua segurança e a sua saúde, assegurados pelo empregador ou, nas situações identificadas na lei, pela pessoa, individual ou coletiva que detenha a gestão das instalações em que a atividade é desenvolvida. De entre os vários princípios de prevenção dispostos neste diploma, é possível destacar um de grande importância para a compreensão deste estudo: Adaptar o trabalho ao homem, especialmente no que se refere à conceção de postos de trabalho, bem como à escolha dos equipamentos de trabalho e dos métodos de trabalho e de produção, tendo em vista, nomeadamente, atenuar o trabalho monótono e o trabalho cadenciado e reduzir os efeitos destes sobre a saúde.

Os riscos ocupacionais específicos a que os profissionais de ensino podem estar sujeitos, possuem uma regulamentação própria e específica, tais como:

- O Decreto-Lei nº 182/2006, de 6 de setembro, transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 2003/10/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de fevereiro, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos derivados do ruído, estabelece valores-limite e de ação, no que concerne à exposição pessoal diária de um trabalhador e ao nível de pressão sonora de

pico. Este Decreto-Lei apenas considera como efeitos decorrentes da exposição ocupacional ao ruído, os riscos de perda auditiva, não existindo referência a qualquer outra implicação legal (Miguel, 2010).

- O Decreto-Lei nº 290/2001, de 16 de novembro, transpõe para o ordenamento jurídico interno a Diretiva nº 98/24/CE, do Conselho, de 7 de abril, relativa à proteção da segurança e saúde dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes químicos no trabalho, bem como as Diretivas nº 91/322/CEE, da Comissão, de 29 de maio, e 2000/29/CE, da Comissão, de 8 de junho, sobre valores limite de exposição profissional a agentes.

- O Decreto-Lei nº 84/97, de 16 de abril, transpõe para o direito interno as Diretivas nº 90/679/CEE, do Conselho, de 26 de novembro, e 93/88/CEE, do Conselho, de 12 de outubro, e da Diretiva nº 95/30/CE, da Comissão, de 30 de junho de 1995, relativas às regras de proteção dos trabalhadores contra os riscos de exposição a agentes biológicos durante o trabalho. Classifica os agentes biológicos conforme o seu nível de risco infeccioso.

- O Decreto-Lei nº 243/86, de 20 de agosto, aprova o regulamento geral de Higiene e Segurança do Trabalho, nos estabelecimentos Comerciais, de Escritório e Serviços. O artigo 14.º deste diploma esclarece as condições de iluminação para este tipo de estabelecimentos.

- A Portaria nº 987/93, de 6 de outubro, expõe no artigo 7.º que a temperatura e a humidade dos locais de trabalho devem ser adequadas ao organismo humano, levados em conta os métodos de trabalho e os condicionalismos físicos impostos aos trabalhadores.

- O Decreto-Lei nº 352/2007, de 23 de outubro, que aprova a Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais.

### **2.1.2 Normas**

No que concerne às normas, é também, possível verificar uma carência de regulamentação específica em relação aos profissionais de educação. No que concerne à área de SHT, as normas e especificações técnicas relativas a metodologias e a procedimentos, a critérios de amostragem, a certificação de produtos e equipamentos são aprovadas no âmbito do Sistema Português da Qualidade (SPQ).

No entanto, existem algumas normas de referência que estão relacionadas com os riscos a que estes profissionais podem estar sujeitos, tais como (Miguel, 2010):

- DIN 5035-2:1990 – A iluminação artificial; valores recomendados dos parâmetros de iluminação nos espaços de trabalho.
- ISO 8995-2:2005 – Iluminação do local de trabalho.
- NP 1730:1996 – Acústica. Descrição e medição do ruído ambiente.
- NP 1796:2007 – Valores limite de exposição profissional a agentes químicos.

## 2.2 Conhecimento Científico

A Organização Internacional do Trabalho definiu as condições de trabalho para os professores ao reconhecer o lugar central que estes ocupam na sociedade, uma vez que participam na educação do cidadão (OIT, 1984). Tais condições procuram atingir a meta de um ensino eficaz. Além disso, a OIT apontou o trabalho docente como protagonista de um cenário de precarização e exclusão, demonstrando uma deterioração progressiva das condições e da organização do trabalho dos professores.

As transformações sociais, as reformas educacionais e os modelos pedagógicos derivados das condições de trabalho dos professores provocaram mudanças na profissão docente, estimulando a formulação de políticas por parte do Estado. De acordo com Souza et al. (2003), até aos anos de 1960, a maior parte dos docentes gozavam de uma relativa segurança material, de emprego estável e de um certo prestígio social. Já a partir dos anos de 1970, a expansão das demandas da população por proteção social provocou o crescimento do funcionalismo e dos serviços públicos gratuitos, entre eles a educação. Embora o sucesso da educação dependa do perfil do professor, a administração escolar não fornece os meios pedagógicos necessários à realização das tarefas, cada vez mais complexas. Os professores são obrigados a procurar, pelos próprios meios, formas de requalificação que se traduzem num aumento não reconhecido e não remunerado da jornada de trabalho (Oliveira, 2003).

Souza et al. (2003), nas várias pesquisas que realizaram, dão visibilidade, nos anos '90, às precárias condições do trabalho docente e mostram a sua associação com sintomas mórbidos e a elevada prevalência de afastamentos por motivos de doença neste setor de atividade.

Segundo Brito, Neves & Athayde (2001), são inúmeros os fatores relacionados às condições e organização do trabalho potencialmente geradores de agravos à saúde dos trabalhadores da escola. Em relação ao trabalho dos professores é possível indicar: a desvalorização do trabalho; pouco reconhecimento social da atividade profissional; os baixos salários; a centralização das decisões administrativas e pedagógicas; gestão autoritária; a tripla jornada; a formação deficiente; a postura corporal; o ruído; as turmas superlotadas; a inexistência de pausas; a culpabilização pelos resultados negativos dos alunos e a invasão do espaço domiciliar. Adiciona-se a este quadro a infraestrutura precária, a burocracia e a hierarquização das relações de trabalho, bem como a carência de recursos materiais e humanos que acentuam a sobrecarga de trabalho dos docentes.

Mouriño Mosquera (1978) identificou a frustração que estes profissionais possuíam em relação a diversos aspetos do seu trabalho, tais como: excesso de alunos nas salas; maior preocupação com o conteúdo e menor com o processo ensino-aprendizagem; grande número de tarefas fora da sala de aula; redução de salário; carência material e de equipamentos; falta de tempo para preparação das tarefas; demasiadas reuniões na instituição escolar; direção insegura, ineficaz, rígida; e falta de interesse por parte dos

alunos. Também, e já numa investigação mais recente, Vedovato & Monteiro (2008), encontraram os mesmos aspetos de descontentamento por parte dos professores, incluindo as tarefas extracurriculares, as reuniões, as atividades adicionais e a pressão do tempo.

As queixas mais comuns dos professores relacionam-se com o uso da voz, com a postura corporal, problemas psicossomáticos e de saúde mental, agravados pela indisciplina dos alunos e falta de reconhecimento e valorização perante a sociedade (Vedovato & Monteiro, 2008). Souto (2004) aponta como causas de doença dos professores, a exposição a níveis excessivos de ruído, as temperaturas extremas, a iluminação e mobiliários inadequados e os produtos químicos e as poeiras em concentrações excessivas.

Alguns estudos realizados na União Europeia, também enfatizam resultados semelhantes, demonstrando que a carga de trabalho excessiva, as demandas administrativas, as precárias condições materiais e ambientais, o ritmo acelerado de trabalho, a perda do reconhecimento da profissão e a posição inadequada ou incómoda do corpo fazem parte dos principais constrangimentos apontados pelos professores (Dimitrov, 1991; Bauer et al., 2007).

## **2.3 A Evolução da Atividade Docente**

Em 1981, antes da adesão à Comunidade Económica Europeia, Portugal ainda se encontrava dotado de um sistema de ensino que, embora mais próximo do modelo europeu, não satisfazia as exigências da integração na Europa, nomeadamente ao nível da taxa de analfabetismo, da taxa de escolarização no ensino pré-escolar e ao nível do ensino especial e artístico (Silva & Tamen, 1981).

Nos últimos 20 anos, as transformações sociais, políticas, económicas e tecnológicas provocaram profundas mudanças ao nível do sistema educativo. Ensinar hoje é diferente do que era há 20 anos atrás (Esteve, 1999). A evolução da sociedade tende a afetar à escola um conjunto cada vez mais alargado de funções (Sacristán, 1999) e, conseqüentemente, à atuação do professor. A indefinição de funções e a dificuldade em realizá-las adequadamente é um problema que se coloca aos professores atualmente (Jesus, 2000).

Esteve (1999) identifica um conjunto de mudanças sociais, e conseqüentes mudanças na educação, que ocorreram partir dos anos 70 e que influenciaram a forma como o professor é percebido atualmente. Para este autor, a passagem de um ensino de elite para um ensino de massas (muito mais flexível e integrador, com a integração nas turmas de crianças com diferentes sensibilidades culturais e linguísticas produzidas no âmbito de uma educação familiar com valores distintos) exige do professor uma constante adaptação das suas estratégias de ensino às características individuais dos alunos. Modificou-se também a consideração social pelo professor. O professor do ensino primário e, sobretudo, o professor do ensino secundário com formação universitária gozavam, ainda há poucos anos, de um elevado estatuto social e cultural. Mas, atualmente o estatuto social é

estabelecido por outros critérios levando à desvalorização social da profissão docente. As relações entre os professores e os alunos sofreram também mudanças profundas. Atualmente, o aluno pode permitir-se, com bastante impunidade, a diversas agressões verbais, físicas e psicológicas aos professores e aos colegas.

Ao longo da atual legislatura, a escola pública tem sido alvo de profundas reformas, com implicações não só ao nível do funcionamento das próprias escolas mas também ao nível do exercício da carreira docente. Algumas dessas reformas têm sido recebidas pelos docentes com enorme resistência e contestação, tendo inclusivamente originado uma das maiores manifestação de professores de que há memória. O dia 8 de março de 2008 juntou nas ruas de Lisboa cerca de 100 mil pessoas que deram voz a uma contestação que vinha sendo feita em silêncio. Algumas das propostas ministeriais dizem respeito, por exemplo, às aulas de substituição que visam, essencialmente, preencher com atividades educativas os “furos” originados pelas ausências dos professores. No ano letivo 2005/2006, a ocupação plena dos tempos escolares foi tornada obrigatória em todas as escolas do ensino básico, estendendo-se no ano letivo seguinte a todas as escolas do ensino secundário. Tudo isto foi ocorrendo, pelo menos nos momentos iniciais de aplicação destas novas orientações ministeriais, com alguma desorganização por parte dos órgãos de gestão das escolas, o que veio a originar algumas situações de conflito interno e de alguma contestação mediática.

No novo Estatuto da Carreira Docente, aprovado em Abril de 2012, a avaliação do desempenho docente assenta em três grandes princípios fundamentais: a científico-pedagógica, que se destaca pela sua centralidade no exercício profissional, a participação na vida da escola e na relação com a comunidade educativa e a formação continua e o desenvolvimento profissional.

No quadro das políticas educativas recentes, a questão das condições de que os professores dispõem para o exercício da sua profissão não tem, visivelmente, integrado o conjunto de fatores que se consideram decisivos para a melhoria do sucesso educativo e para a melhoria do bem-estar docente. De facto, perante as mudanças que o sistema educativo português tem atravessado ao longo dos últimos anos, em múltiplas vertentes (diversificação da oferta formativa, inclusão de novas disciplinas e áreas curriculares, gestão dos tempos não letivos, introdução incessante de procedimentos burocráticos e complexificação do dia a dia das escolas, a avaliação entre professores, etc.), a questão das condições de que os docentes dispõem para o exercício da sua atividade tem vindo a ser sistematicamente ignorada, como se fosse irrelevante o seu significado para a melhoria da educação em Portugal (Drago & Serra, 2008). Este alargamento desmesurado de funções e de responsabilidades imputadas, quer à escola quer aos professores, pode ser apontado como uma das principais causas dos alarmantes sintomas de mal-estar docente (Teodoro, 2006).



## **2.4 Condições de Trabalho e Exposição aos Riscos Ocupacionais**

Trabalho, Educação e Saúde: trata-se de um trinômio que fundamenta a construção e desenvolvimento de uma sociedade e de uma nação. A docência é uma das mais antigas ocupações e a figura do professor é anterior à criação das instituições de ensino. A docência e os processos de ensino-aprendizagem vão-se modificando ao longo da institucionalização dos processos de formação profissional, especialmente em função das transformações no mundo do trabalho e da produção, das mudanças culturais e da evolução tecnológica, que repercutiram e repercutem sobre as condições de vida e de trabalho dos professores. Para Esteve (1999), os professores de todas as partes do mundo tiveram que se adaptar às características evolutivas dos processos de trabalho na docência, ainda que, na maioria das vezes, não se tenha evoluído necessariamente no sentido da melhoria das condições objetivas deste tipo de exercício profissional.

As cargas de trabalho representam, segundo Seligmann-Silva (1994), um conjunto de esforços desenvolvidos para atender as exigências das tarefas, abrangendo os esforços físicos, cognitivos e psicoativos (emocionais) que são traduzidos como desgaste, segundo Laurell & Noriega (1989), na capacidade potencial corporal e psicológica dos trabalhadores. De acordo com Cruz (2002), os estudos realizados pela Psicologia do Trabalho e pela Ergonomia, ao confirmarem a existência das cargas de trabalho como um produto da relação entre as exigências do trabalho e a capacidade do trabalhador em respondê-las de forma efetiva e com menor desgaste, destacam a importância da sua caracterização e dimensionamento, tendo em vista a sua íntima relação com o processo de produção e organização do trabalho e com as diferentes formas de doença física e psicológica.

O termo “carga de trabalho” substitui o termo “fatores de risco”, que é uma evolução do termo “fatores nocivos” utilizados por Oddone et al. (1986) que significa riscos próprios do ambiente laboral, aos quais estão expostos os trabalhadores. A substituição advém aos vários significados de risco. Na Medicina do Trabalho e na Epidemiologia, o termo “risco” pode ser utilizado na aceção de fator de risco, identificando possíveis agentes ou substâncias capazes de determinar um efeito sobre a saúde, estabelecendo a probabilidade que determinado evento possa ocorrer. Os riscos seriam, na verdade, a existência de agentes ou substâncias capazes de influenciar nas condições de saúde dos trabalhadores.

A expressão “carga de trabalho” expressa um novo conceito enfocando o processo e a organização do trabalho (Facchini, 1994). Este termo engloba os fatores nocivos capazes de provocar stress ou tensão emocional (monotonia, repetibilidade, pressões, responsabilidades) como engloba, também, os fatores de risco físicos, químicos, biológicos, fisiológicos. Na evolução da terminologia aplicada, torna-se possível compreender e traduzir os efeitos psicogénicos que os riscos ocupacionais provocam no dia a dia dos trabalhadores. O trabalhador está exposto, quotidianamente, às cargas de

trabalho. Assim, para cada ramo produtivo e para cada processo de trabalho é possível identificar um perfil de cargas de trabalho que conformam um padrão de desgaste operário.

A organização do trabalho determina as cargas de trabalho, definidas por Greco, Oliveira & Gomes (1996), como exigências ou demandas psicobiológicas do processo de trabalho. Considerando que todo o trabalho é constituído por cargas, o trabalho docente também as têm: cargas físicas – exigências que têm materialidade externa e que se modificam na interação com o corpo (interação ambiental), e cargas psíquicas – disposições psicológicas que adquirem materialidade no próprio corpo e se expressam por meio dele (reações emocionais), que influenciam direta ou indiretamente a saúde e a vida dos professores.

## **2.5 Impacto do Trabalho na Saúde**

Os professores e educadores, em geral, ocupam um lugar especial no processo social e produtivo. Realizam atividades de assistência interpessoal e de dedicação na aprendizagem dos outros, invariavelmente, colocando-os numa condição de maior predisposição aos chamados transtornos psicossociais no trabalho que, associados aos agravos na condição física, acentuam os desgastes profissionais.

A pesquisa de Esteve (1999) e Codo (1999) afirmam que as condições de trabalho dos docentes são consideradas precárias e têm sido apontadas como geradoras de doenças físicas e psicológicas.

“Tradicionalmente, os problemas de saúde no trabalho aparecem associados a um conjunto de patologias oficialmente reconhecidas como doenças profissionais, exigindo para isso, o estabelecimento de uma relação de causa-efeito entre a exposição a determinados riscos profissionais e o aparecimento da doença” (Barros-Duarte, Cunha, 2010, p. 22). Assim sendo, a finalidade consiste em “delimitar a doença, definida a partir do diagnóstico médico que, frequentemente associada a um conceito de saúde clássico ignora o estatuto de outros sinais ou queixas”. (Barros-Duarte, Cunha, 2010, p. 22). No entanto, existem “pequenos” problemas de saúde, que são frequentemente “esquecidos” e que deveriam comportar mais visibilidade. Estas queixas de saúde, que são provocadas pelo próprio trabalho e não são reconhecidas como patológicas, como por exemplo as dores de cabeça, afetam o bem-estar do trabalhador. São queixas reveladoras de novas relações, mais discretas entre a saúde e o trabalho, que embora não retratem situações patológicas, perturbam o bem-estar dos trabalhadores e dificultam a sua vivência no dia a dia de trabalho (Barros-Duarte, Cunha, 2010).

### **3 OBJETIVOS E METODOLOGIA**

#### **3.1 Objetivos da Tese**

Na perspectiva de um maior conhecimento da realidade atual no que diz respeito às condições de trabalho dos professores e as suas consequências para a saúde dos mesmos, este trabalho tem como objetivo primordial: obter a percepção dos docentes em relação às suas condições de trabalho e perceber qual o impacto das mesmas na sua saúde. Com base neste propósito, foram desenvolvidos os seguintes objetivos específicos, aplicados em termos do estudo empírico (Barros-Duarte, Cunha & Lacomblez, 2007):

- Caracterizar as condições de trabalho dos professores;
- Identificar os principais fatores de risco existentes no local de trabalho e a influência de certas variáveis relacionadas com o conteúdo de trabalho e a sua organização;
- Promover uma tomada de consciência individual e coletiva em relação aos efeitos do trabalho e das condições de trabalho na saúde e bem-estar.

#### **3.2 Metodologia Global de Abordagem**

O presente trabalho consistiu num estudo, realizado em contexto real, em duas escolas públicas de 2º e 3º ciclo do agrupamento escolar da freguesia do Cavaco, concelho de Santa Maria da Feira, e numa escola pública do 2º ciclo, situada em São Roque, concelho de Oliveira de Azeméis. Estas instituições de ensino situam-se no distrito de Aveiro. Os locais de estudo foram selecionados devido à acessibilidade aos contextos em análise.

Tratou-se de um estudo essencialmente exploratório e descritivo, havendo, no entanto, trabalho inferencial sempre que justificado. Assim sendo, a elaboração deste trabalho compreendeu dois grandes momentos:

- O primeiro, a distribuição de um inquérito validado, aos professores, com vista a obter a percepção dos mesmos sobre as suas condições de trabalho e saúde. Antes da entrega do inquérito a cada um dos professores selecionados para a realização deste estudo, foi procurado conhecer melhor a atividade destes, efetuando pesquisas e conversando abertamente com os docentes. A entrega do inquérito foi realizada pessoalmente, no entanto não foi possível acompanhar presencialmente o preenchimento dos questionários.
- O segundo diz respeito a análise estatística descritiva e inferencial das variáveis relevantes para a realização do estudo.

### 3.3 Materiais e Métodos

A seleção dos locais onde se efetuou a investigação sobre as condições de trabalho e de saúde em meio escolar, definiu-se por uma técnica de amostragem não probabilística, do tipo de conveniência (pela acessibilidade aos dados).

O presente estudo incidiu sobre uma população de 67 docentes, pretendendo analisar as condições de trabalho dos mesmos e ainda, perceber quais as suas consequências para a saúde dos próprios.

Para realizar esta pesquisa e proceder à recolha de informação foi distribuído um inquérito validado, denominado de INSAT: Inquérito Saúde e Trabalho 2010 (anexo 1), elaborado por Barros-Duarte, Cunha e Lacomblez.

Este inquérito tem como finalidade compreender de que forma os trabalhadores avaliam as características e as condições do seu trabalho, o seu estado de saúde e que tipo de relações estabelecem entre a sua saúde e o seu trabalho. “Trata-se de um inquérito do tipo epidemiológico, que pretende caracterizar, através de uma amostra sectorial significativa, os principais riscos profissionais de alguns sectores de atividade e compreender a influência que os constrangimentos do trabalho têm na saúde do trabalhador” (Barros-Duarte, Cunha & Lacomblez, 2007, p. 57).

“O INSAT sustenta-se nos seguintes domínios: o trabalho e as condições de trabalho, as dificuldades sentidas no trabalho, o estado de saúde e a saúde no trabalho” (Barros-Duarte, Cunha & Lacomblez, 2007, p. 58). Este inquérito está dividido em sete eixos principais: “(I) O Trabalho; (II) Condições e Características do Trabalho; (III) Condições de Vida Fora do Trabalho; (IV) Formação e Trabalho; (V) Saúde e Trabalho; (VI) A minha Saúde e o meu Trabalho; e (VII) A minha saúde e o meu Bem-estar” (Barros-Duarte, Cunha & Lacomblez, 2007, p. 58).

No início do inquérito existem algumas questões que permitem a recolha de informações, de carácter sociodemográfico, sobre o trabalhador (sexo, idade, nível de escolaridade) e sobre o estabelecimento de emprego (sector de atividade, tipo de empresa, entre outros).

A primeira parte do inquérito- O Trabalho- abrange um conjunto de questões relativas à situação de trabalho: corresponde à especificação e caracterização do tipo de atividade realizada, do tipo de situação laboral e do horário de trabalho praticado.

A segunda parte do inquérito – Condições e Características do Trabalho – inclui as questões dedicadas à análise das exposições do trabalhador a determinadas condições, divididas em três categorias: “Ambiente e Constrangimentos Físicos, nomeadamente ruído, vibrações, ambiente térmico, exposição a radiações, agentes biológicos e químicos, posturas, entre outros; Constrangimentos Organizacionais e Relacionais, nomeadamente tempos de trabalho, ritmos, autonomia e margens de iniciativa, relações de trabalho, contacto com o público; e Características do Trabalho, nomeadamente apreciações sobre o trabalho atual” (Barros-Duarte, Cunha & Lacomblez, 2007, p. 58).

A terceira parte é relativa à caracterização das – Condições de Vida Fora do Trabalho –, sendo pedido ao trabalhador informações sobre o seu estado civil e sobre o número de filhos. A problemática da conciliação da vida de trabalho com a vida fora de trabalho é questionada, assim como o tempo despendido, por dia, em transportes e em tarefas domésticas e/ou de apoio familiar.

A quarta parte do inquérito – Formação e Trabalho – corresponde às questões que permitem indicar o tipo de formação realizada pelos trabalhadores e em que medida esta se relaciona ou não diretamente com o trabalho.

A quinta parte – Saúde e Trabalho – está organizada em duas categorias: a identificação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais que o trabalhador possa ter sofrido ou as situações que deflagraram numa doença profissional; Informações sobre Riscos Profissionais sendo incluídas neste domínio questões que permitem obter informações relativas aos riscos profissionais e à proteção e prevenção contra eles.

As questões mais específicas, relativas à saúde e trabalho estão presentes na sexta parte do inquérito – A minha Saúde e o meu Trabalho – onde é “colocada ênfase ao nível dos problemas que podem ter conduzido a determinadas limitações, mesmo que não se identifiquem com um quadro de patologia. Mais precisamente, os problemas referidos situam-se ao nível cardiorrespiratório, neuro-psíquico, digestivo, muscular e articular. São ainda incluídas questões relativas ao estado de visão e de audição do trabalhador” (Barros-Duarte, Cunha & Lacomblez, 2007, p. 58). Se a resposta que o trabalhador assinalar for afirmativa é-lhe ainda solicitado um parecer sobre a relação desse problema ou queixa com o trabalho: isto é, se poderá ter sido causado ou agravado pelo trabalho.

Na sétima e última parte – A minha Saúde o meu Bem-estar – com o objetivo de avaliar a perceção do sujeito em relação ao seu estado de saúde, é utilizado o Perfil de Saúde de Nottingham (NHP), que é constituído “por um conjunto de itens agrupados em seis dimensões de saúde, designadamente: a energia, a dor, as reações emocionais, o sono, o isolamento social e a mobilidade física” (Barros-Duarte & Cunha, 2010, p. 21). Neste caso, é pretendido, que as questões colocadas favoreçam a análise da associação que o trabalhador estabelece, ou não, entre os seus problemas de saúde e as características e condições do seu trabalho atual ou passado.

Por fim, este inquérito possui, relativamente a determinadas características do trabalho, a opção dos trabalhadores assinalarem que se encontram expostos “no trabalho atual”, “no trabalho passado” ou em ambas as situações em simultâneo. Sendo que o trabalho passado diz respeito a uma situação vivida noutro local de trabalho ou, no mesmo local, ainda que relativamente a outras funções. Todavia, na análise estatística que se realizou para o desenvolvimento deste trabalho, a exposição do professor no trabalho passado não foi considerada. Esta situação deveu-se ao facto de um dos objetivos primordiais deste estudo basear-se na perceção que os docentes têm em relação às suas condições de trabalho atuais e qual o impacto das mesmas na sua saúde. Outra condição que influenciou esta decisão diz respeito às respostas que a maioria dos docentes inquiridos

indicou, desprezando frequentemente a opção “no trabalho passado”, ou seja, alguns docentes no início do questionário responderam às questões considerando o trabalho passado, mas entretanto a meio e no final do inquérito deixaram-no de o fazer. Ainda assim, vários professores optaram por não considerar esta opção desde o início do preenchimento do inquérito.

## 4 TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

Os dados recolhidos com este trabalho, foram criteriosamente analisados, com precisão e objetividade. Dos 67 casos analisados, foram considerados apenas 63, visto os restantes 4 não terem sido preenchidos corretamente.

O tratamento dos dados foi efetuado utilizando o Microsoft Office Excel, versão 2007. A análise dos dados envolveu, inicialmente uma estatística descritiva, nomeadamente a determinação de frequências absolutas e relativas, medidas de tendência central (médias) e medidas de dispersão (desvios-padrão).

### 4.1 Análise Descritiva dos Dados

#### 4.1.1 Género

O gráfico da figura 1 mostra que, na distribuição por género predomina o sexo feminino com 86%, do total da amostra (54), em detrimento da amostra masculina que apresenta apenas 14% (9) da amostra total.

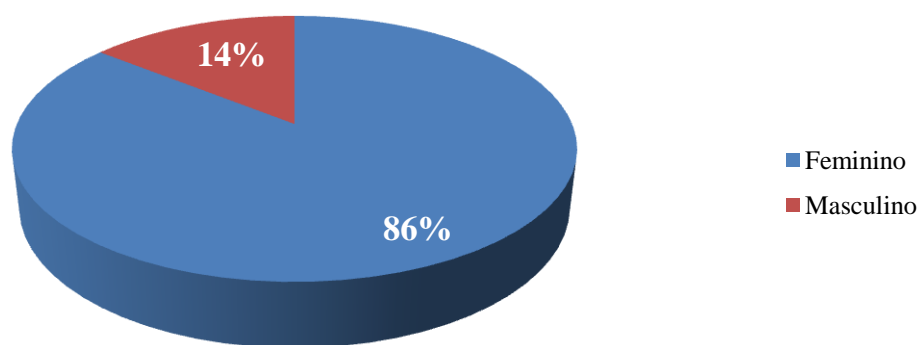


Figura 1 - Distribuição dos professores por género.

#### 4.1.2 Grupo Etário

Na distribuição por grupo etário, encontra-se uma frequência mais elevada nos trabalhadores com idades compreendidas entre os 41 e os 50 anos (40%), seguindo-se os trabalhadores com idades compreendidas entre os 30 e os 40 anos (33%), após os trabalhadores com idade superior a 50 anos (22%) e por último os trabalhadores com idade inferior a 30 anos (5%), conforme mostra o gráfico da figura 2.

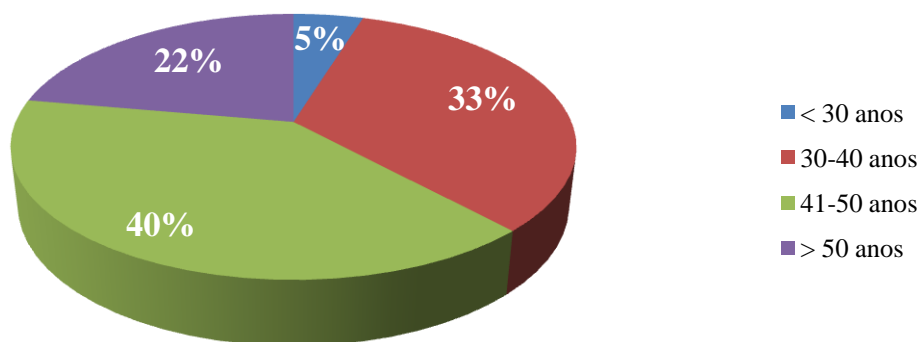


Figura 2 - Distribuição dos professores por grupo etário.

#### 4.1.3 Nível de Escolaridade

Quanto ao nível de escolaridade, o gráfico da figura 3, demonstra que a maioria dos docentes possui uma licenciatura (78%), havendo, no entanto, 22% professores mestres.

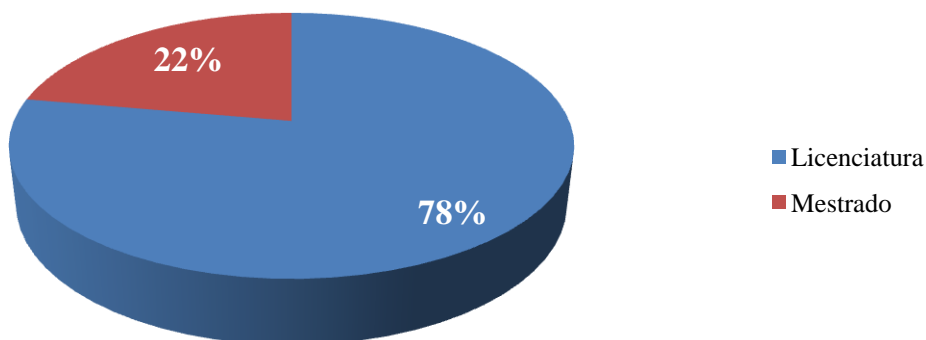


Figura 3 - Distribuição dos professores quanto ao seu nível de escolaridade.



#### 4.1.4 Ano de Admissão na Instituição

Como é possível observar no gráfico da figura 4, a maioria dos docentes (54%) trabalham na mesma instituição entre 16 e 30 anos, seguidamente dos profissionais que trabalham entre 1 e 15 anos (40%). Entretanto, existem 6% de professores que trabalham na mesma organização há mais de 31 anos

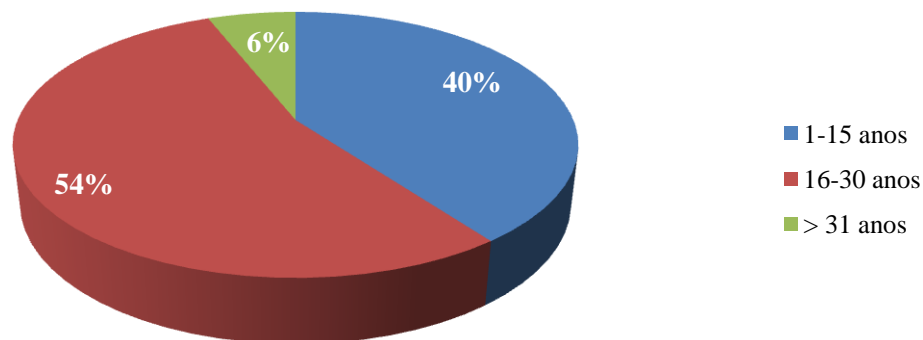


Figura 4 - Distribuição dos docentes quanto ao número de anos que exercem a profissão no mesmo estabelecimento de ensino.

#### 4.1.5 Situação Laboral

O gráfico da figura 5 mostra que 11 professores apresentam um contrato a prazo ou contrato a termo (17%), enquanto os restantes 52 docentes estão efetivos ou apresentam um contrato sem termo (83%).

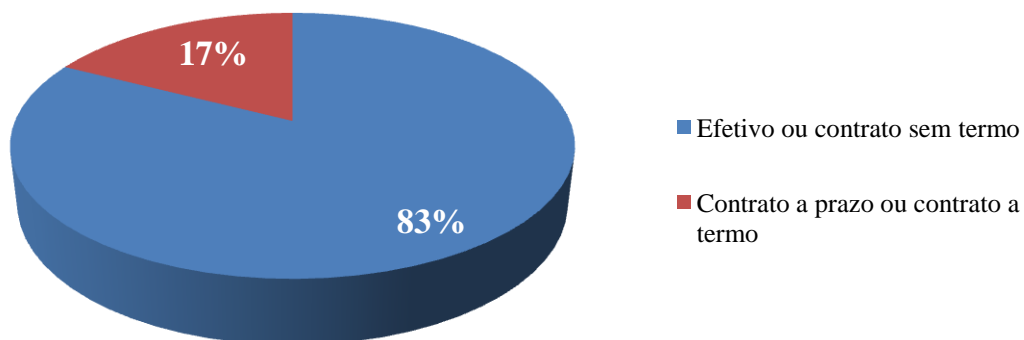


Figura 5 - Distribuição dos docentes quanto à sua situação laboral.

#### 4.1.6 Tempo de Trabalho

Em relação ao horário de trabalho, é possível verificar que mais de metade de amostra trabalha a tempo inteiro (78%), ou seja, o seu horário de trabalho varia entre as 7 e as 8 horas por dia, ou entre as 35 e as 40 horas semanais. Entretanto, 16% dos sujeitos indicaram o seu horário de trabalho como sendo fixo, não sujeito a variações e 3% dos professores afirmaram trabalhar em horário normal, ou seja, um horário dividido em dois períodos diários, com horas de entrada e de saída fixas, e separadas por um intervalo de descanso. Outros 2% dos trabalhadores indicaram que o seu trabalho era compreendido em tempo parcial, o que diz respeito, a um horário de 6 horas ou menos por dia, ou de 30 horas ou menos por semana. O horário irregular, que é caracterizado por variações frequentes, tanto semanais, como quinzenais ou mensais, foi apontado como o horário de trabalho de 2% da amostra (ver gráfico da figura 6).

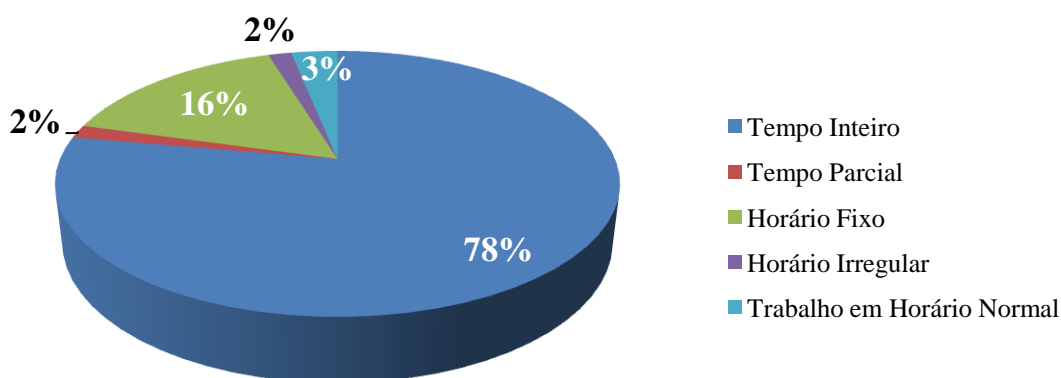


Figura 6 - Distribuição dos professores quanto ao seu horário de trabalho.

#### 4.1.7 Ambiente Físico

Ao serem questionados sobre o seu ambiente físico (ver gráfico da figura 7 e tabela 1), 27% dos professores indicaram estar expostos a calor/frio ou a variações de temperatura, sendo que 53% dos mesmos consideraram esta exposição incómoda.

Em relação ao ruído nocivo ou incómodo, 24% dos docentes afirmaram estar expostos, no entanto, é de salientar que este foi o único risco físico que os professores apontaram como sendo muito incómodo a sua exposição (13%).

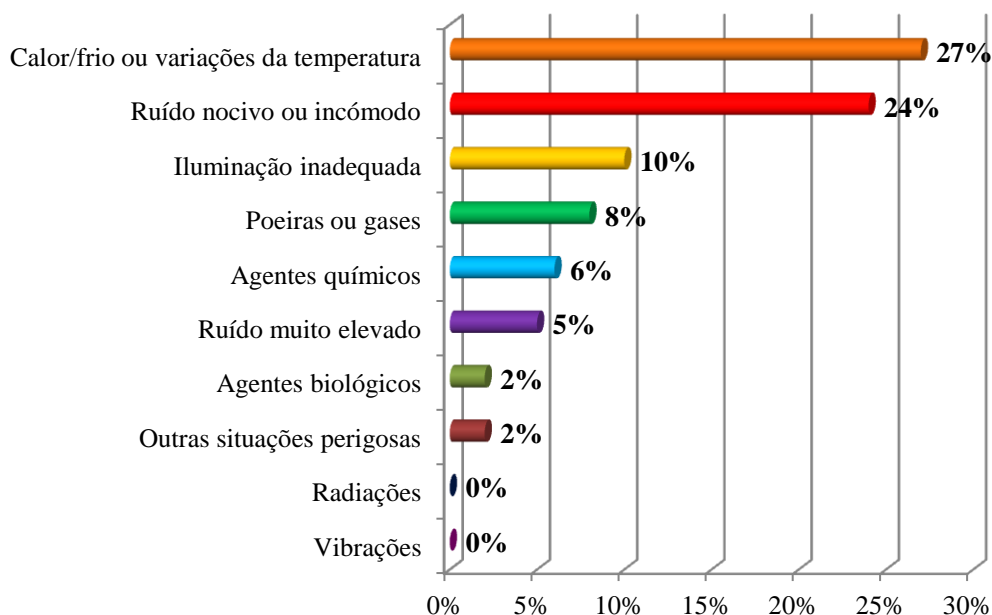


Figura 7 - Distribuição dos docentes quanto ao seu ambiente físico.

Tabela 1- Disposição dos professores quanto ao grau de incómodo que o ambiente físico provoca.

	Grau de Incómodo				
	Muito Incómodo	Bastante Incómodo	Incómodo	Pouco Incómodo	Nenhum Incómodo
Calor/frio ou variações da temperatura	- <sup>1</sup>	29%	<b>53%</b>	18%	-
Ruído nocivo ou incómodo	<b>13%</b>	27%	53%	7%	-
Iluminação inadequada	-	17%	83%	-	-
Poeiras ou gases	-	40%	40%	20%	-
Agentes químicos	-	25%	-	75%	-
Ruído muito elevado	-	33%	33%	33%	-
Agentes biológicos	-	-	100%	-	-
Outras situações perigosas	-	-	100%	-	-

<sup>1</sup> – Optou-se por sinalizar, desta forma (-), a inexistência de resultados para tal condição. Esta opção será mantida nas tabelas seguintes.

#### 4.1.8 Constrangimentos Físicos

Em relação aos constrangimentos físicos, o gráfico da figura 8 e a tabela 2 demonstram que 38% dos professores permanece muito tempo de pé em deslocamento sendo que 50% dos mesmos considera a situação incômoda. Entretanto, 21% dos docentes afirmam permanecer muito tempo de pé, mas na mesma posição, sendo que 77% considera ser uma postura incômoda. Para 16% dos docentes que fazem deslocações profissionais frequentes (ausência ou afastamento significativo que interfere com a rotina familiar ou social), esta situação origina muito incômodo a 30%. Outros 16% dos indivíduos são obrigados a permanecer muito tempo sentados, provocando bastante incômodo a 20% dos mesmos.

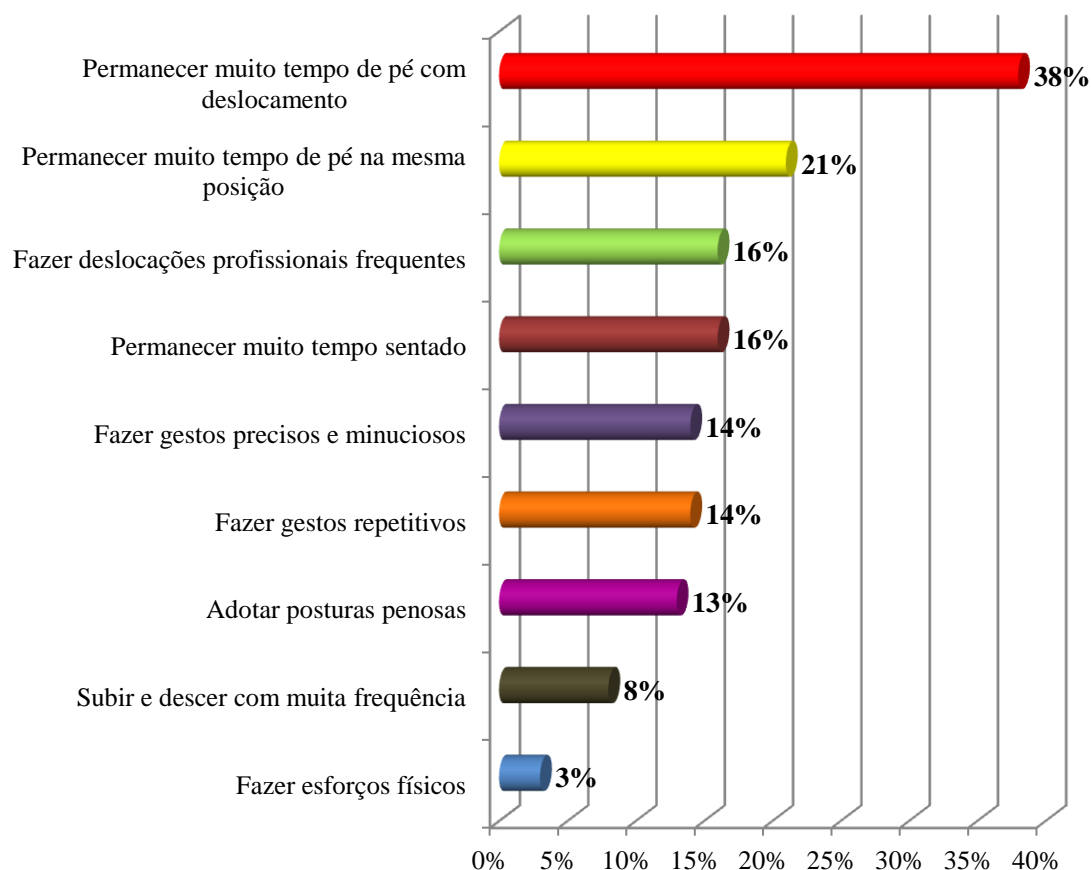


Figura 8 - Distribuição dos professores em relação aos seus constrangimentos físicos.

Tabela 2 - Disposição dos professores quanto ao grau de incômodo que os constrangimentos físicos provocam.

	Grau de Incômodo				
	Muito Incômodo	Bastante Incômodo	Incômodo	Pouco Incômodo	Nenhum Incômodo
Permanecer muito tempo de pé com deslocamento	-	21%	<b>50%</b>	17%	13%
Permanecer muito tempo de pé na mesma posição	-	15%	<b>77%</b>	8%	-
Fazer deslocamentos profissionais frequentes	<b>30%</b>	10%	50%	10%	-
Permanecer muito tempo sentado	-	<b>20%</b>	70%	10%	-
Fazer gestos precisos e minuciosos	11%	-	11%	67%	11%
Fazer gestos repetitivos	-	-	44%	44%	11%
Adotar posturas penosas	25%	25%	50%	-	-
Subir e descer com muita frequência	20%	-	60%	20%	-
Fazer esforços físicos	-	-	-	100%	-

#### 4.1.9 Constrangimentos do Ritmo de Trabalho

O gráfico da figura 9 e a tabela 3 demonstram que 71% dos professores tem que ultrapassar o horário normal de trabalho, sendo que 36% dos mesmos consideraram esta situação incômoda e 33% afirmaram ser bastante incômoda. Entretanto, 63% dos docentes indicaram que realizam várias tarefas ao mesmo tempo, originando incômodo a 40% dos mesmos. Para os indivíduos que têm que trabalhar durante longos períodos de tempo no computador (56%), esta situação é incômoda para 46% ou, em contrapartida, não é nada incômoda para 9% dos professores. Entre os inquiridos, 51% indicaram ser frequentemente interrompidos, provocando a 39% dos docentes uma situação incômoda, contudo 10% afirmaram ser uma situação nada incômoda. É possível verificar que 49% dos sujeitos indicaram resolver situações ou problemas imprevistos sem ajuda, vindo a originar incômodo a 35% dos mesmos. Em relação à adaptação permanentemente a mudanças dos métodos ou instrumentos de trabalho, 44% dos docentes indicaram estar sujeitos a esta situação. Sendo que, a 46% deles provoca incômodo e a 14% esta situação não origina incômodo nenhum. Para os trabalhadores que são obrigados a “saltar” ou encurtar uma refeição, ou nem realizar a pausa por causa do trabalho (41%), esta situação é bastante incômoda para 73% ou incômoda para 46% dos professores. Para os professores que indicaram ter que se apressar (37%), esta situação é incômoda para 48% dos mesmos.



Figura 9 - Distribuição dos professores quanto aos constrangimentos do ritmo de trabalho.

Tabela 3- Disposição dos professores quanto ao grau de incómodo que os constrangimentos do ritmo de trabalho provocam.

	Grau de Incómodo				
	Muito Incómodo	Bastante Incómodo	Incómodo	Pouco Incómodo	Nenhum Incómodo
Ter que ultrapassar o horário normal de trabalho	13%	<b>33%</b>	<b>36%</b>	9%	9%
Ter que fazer várias coisas ao mesmo tempo	3%	25%	<b>40%</b>	23%	10%
Ter que trabalhar durante longos períodos de tempo no computador	11%	23%	<b>46%</b>	11%	<b>9%</b>
Ser frequentemente interrompido	16%	26%	<b>39%</b>	13%	10%
Ter que resolver situações ou problemas imprevistos sem ajuda	10%	19%	<b>35%</b>	26%	10%
Ter que me adaptar permanentemente a mudanças dos	-	11%	<b>46%</b>	29%	<b>14%</b>

métodos ou instrumentos de trabalho					
Ter que “saltar” ou encurtar uma refeição, ou nem realizar a pausa por causa do trabalho	8%	<b>73%</b>	<b>46%</b>	-	8%
Ter que me apressar	9%	26%	<b>48%</b>	13%	4%
Ter que dormir a horas pouco usuais por causa do trabalho	20%	40%	13%	7%	20%
Ter que cumprir normas de produção ou prazos rígidos	-	23%	46%	15%	15%
Ter horários de trabalho que obrigam a deitar-me depois da meia-noite	17%	33%	17%	17%	8%
Ter que manter o olhar fixo sobre o trabalho, sem qualquer possibilidade de o desviar	14%	43%	-	-	43%
Ter que depender dos pedidos diretos dos clientes, utentes	-	17%	33%	33%	17%
Ter que depender do trabalho de colegas para poder realizar o meu	-	-	67%	33%	-
Ter que acompanhar o ritmo imposto	-	33%	67%	-	-

#### 4.1.10 Autonomia e Iniciativa

Em relação à autonomia e iniciativa, o gráfico da figura 10 e tabela 4, demonstram que 51% dos docentes são obrigados a respeitar, de forma rígida, os momentos de pausa, sem os poder escolher. Esta situação é indicada, por 31% dos mesmos, como sendo incómoda ou pouco incómoda para 31% dos docentes. Para os professores que afirmaram ter que obedecer a um horário de trabalho rígido (38%), sem qualquer possibilidade de pequenas alterações, esta situação origina incómodo a 21% dos mesmos, no entanto 29% afirmaram que esta situação não lhes causa nenhum incómodo. É possível verificar que 16% dos professores indicaram ter de obedecer a uma ordem pré-definida de realização das tarefas, sem qualquer possibilidade de alteração, sendo que 30% dos mesmos consideraram esta problemática incómoda e outros 30% afirmaram mesmo ser bastante incómoda. Entretanto outros 16% dos indivíduos afirmaram ser obrigados a fazer o trabalho tal e qual como foi definido, sem qualquer possibilidade de alteração, originando incómodo a 60% dos mesmos.

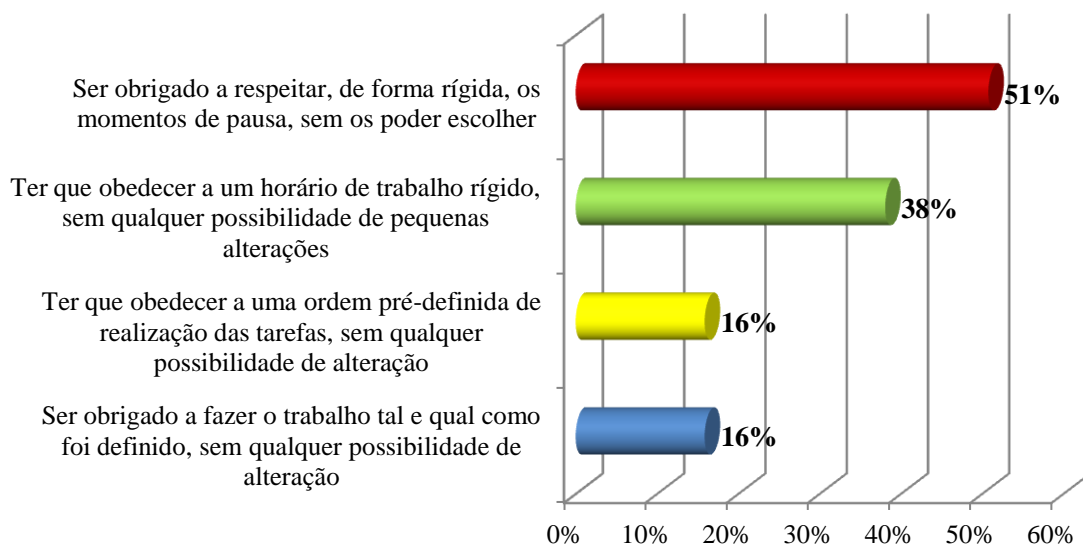


Figura 10- Distribuição dos docentes em relação à autonomia e iniciativa.

Tabela 4- Disposição dos professores quanto ao grau de incômodo que os constrangimentos da autonomia e iniciativa provocam.

	Grau de Incômodo				
	Muito Incômodo	Bastante Incômodo	Incômodo	Pouco Incômodo	Nenhum Incômodo
Ser obrigado a respeitar, de forma rígida, os momentos de pausa, sem os poder escolher	6%	9%	<b>31%</b>	<b>31%</b>	22%
Ter que obedecer a um horário de trabalho rígido, sem qualquer possibilidade de pequenas alterações	8%	13%	<b>21%</b>	29%	<b>29%</b>
Ter que obedecer a uma ordem pré-definida de realização das tarefas, sem qualquer possibilidade de alteração	10%	<b>30%</b>	<b>30%</b>	10%	20%
Ser obrigado a fazer o trabalho tal e qual como foi definido, sem qualquer possibilidade de alteração	10%	10%	<b>60%</b>	10%	10%



#### 4.1.11 Relações de Trabalho

O gráfico da figura 11 e a tabela 5 demonstram que no trabalho de 57% dos professores, é frequente a necessidade de ajuda dos colegas (trabalho em equipa), apesar de nem sempre existir. Esta situação causa pouco incómodo a 31% ou nenhum incómodo a 50% dos mesmos. É possível verificar que 44% dos professores afirmaram estar expostos ao risco de agressão verbal, provocando uma situação muito incómoda a 50% dos docentes. Para os 27% dos professores que indicaram estar expostos ao risco de agressão física, esta problemática origina muito incómodo a 65% dos mesmos. Entretanto, 25% dos indivíduos afirmaram estar expostos a risco de intimidação (ameaçar, assustar, provocar medo), sendo que 81% consideraram a situação muito incómoda. Para os 14% dos inquiridos que afirmaram que a sua opinião é desconsiderada para o funcionamento do departamento/secção, também indicaram que esta condição origina incómodo a 44% dos mesmos. Entretanto, 13% dos professores indicaram estar expostos ao risco de assédio sexual, sendo que 75% consideraram esta problemática muito incómoda. É possível verificar que 10% dos professores estão expostos ao risco de discriminação ligada à idade, causando muito a 50% dos mesmos. Dos 5% de docentes que afirmaram estar expostos ao risco de discriminação sexual, 67% consideraram esta situação como muito incómoda. Foi ainda possível verificar que 3% dos inquiridos declararam estar expostos ao risco de discriminação relacionada com a nacionalidade ou raça, provocando muito incómodo a 50% dos mesmos.

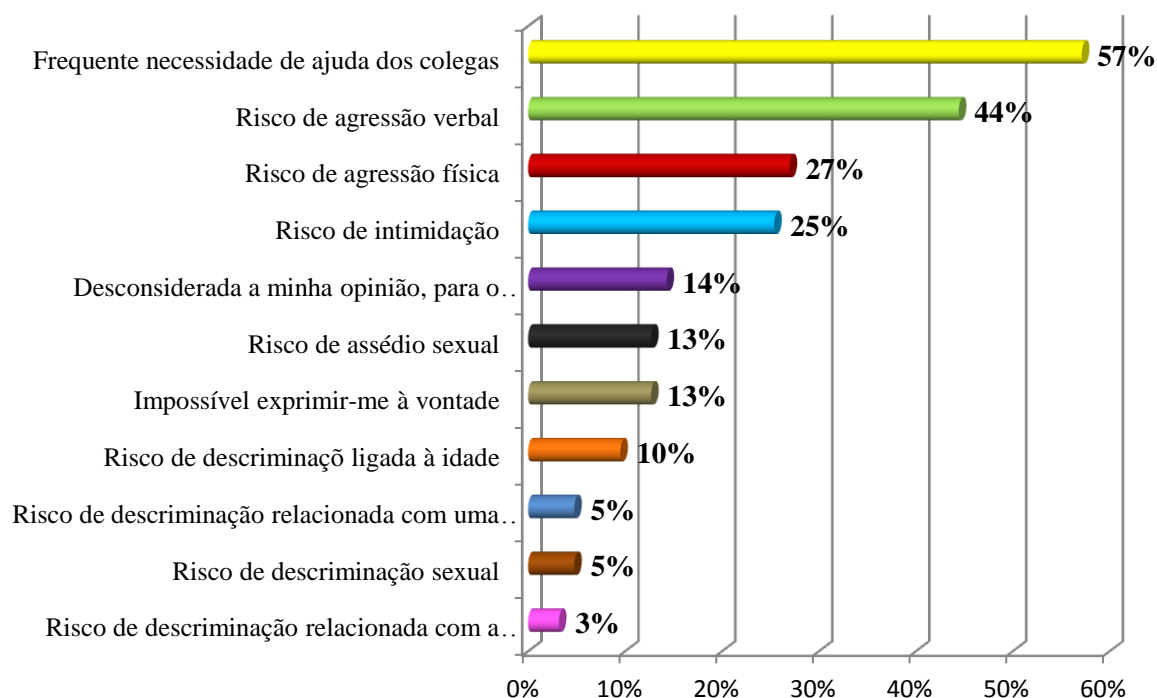


Figura 11 - Distribuição dos professores quanto às suas relações de trabalho.

Tabela 5- Disposição dos docentes quanto ao grau de incómodo que os constrangimentos das relações de trabalho provocam.

	Grau de Incómodo				
	Muito Incómodo	Bastante Incómodo	Incómodo	Pouco Incómodo	Nenhum Incómodo
Frequente necessidade de ajuda dos colegas (trabalho em equipa), apesar de nem sempre existir	-	6%	14%	<b>31%</b>	<b>50%</b>
Estou exposto ao risco de agressão verbal	<b>50%</b>	11%	25%	7%	7%
Estou exposto ao risco de agressão física	<b>65%</b>	12%	18%	-	6%
Estou exposto ao risco de intimidação	<b>81%</b>	6%	13%	-	-
Desconsiderada a minha opinião, para o funcionamento do departamento/secção	22%	22%	<b>44%</b>	-	11%
Estou exposto ao risco de assédio sexual	<b>75%</b>	-	25%	-	-
Impossível exprimir-me à vontade	38%	25%	25%	13%	-
Estou exposto ao risco de discriminação ligada à idade	<b>50%</b>	-	50%	-	-
Estou exposto ao risco de discriminação relacionada com uma deficiência física ou mental	33%	-	67%	-	-
Estou exposto ao risco de discriminação sexual	<b>67%</b>	-	33%	-	-
Estou exposto ao risco de discriminação relacionada com a nacionalidade ou raça	<b>50%</b>	-	50%	-	-

#### 4.1.12 Características Do Trabalho

Ao analisar o gráfico da figura 12 e tabela 6, é possível verificar que 90% dos docentes afirmaram ser obrigados a aprender sempre coisas novas, provocando nenhum incómodo a 75% dos mesmos. Dos 87% inquiridos que indicaram estarem sempre na presença de outros, 75% afirmaram que esta situação não lhes causa incómodo algum. Alguns docentes (78%) declararam que o seu trabalho é um trabalho com momentos de hiper-solicitação (exigências excessivas relacionadas com a atenção, concentração, esforço físico ou mental, ritmos de trabalho elevados), causando incómodo a 35% dos mesmos. Para os 56% de professores que indicaram ser difícil realizar este trabalho quando tiverem 60 anos, esta situação provoca muito incómodo a 46% dos mesmos. É possível verificar, que 32% dos docentes indicaram faltar equipamentos ou instrumentos adequados no seu

trabalho, provocando incômodo a 40% e muito incômodo a 30% destes. Do total de inquiridos, 27%, consideraram que de uma forma geral, estão pouco satisfeitos com o seu trabalho, o que ocasiona muito incômodo a 59% dos docentes. Entretanto, 27% dos docentes afirmaram que o seu trabalho, de uma forma geral, é pouco reconhecido pelas chefias, originando muito incômodo a 47%. Também, 27% dos professores indicaram não existir instalações adequadas no seu trabalho, provocando incômodo a 45% ou até mesmo muito incômodo a 35% dos docentes. Do total de inquiridos, 22% dos professores afirmaram, que de uma forma geral, se sentiam explorados no seu trabalho, o que origina muito incômodo a 71% dos mesmos. Para os professores que indicaram que o seu trabalho é pouco reconhecido pelos colegas (19%), esta situação prova incômodo a 42% e muito incômodo a 33%. Dos 16% de docentes que consideraram que o seu trabalho está pouco organizado do ponto de vista ergonómico, 50% afirmaram ser uma situação incômoda. É possível verificar que 6% dos professores indicaram que as condições do seu trabalho abalam a sua dignidade enquanto ser humano, provocando muito incômodo a 75%. Os docentes que afirmaram ter um trabalho monótono (2%) consideraram a situação muito incômoda.

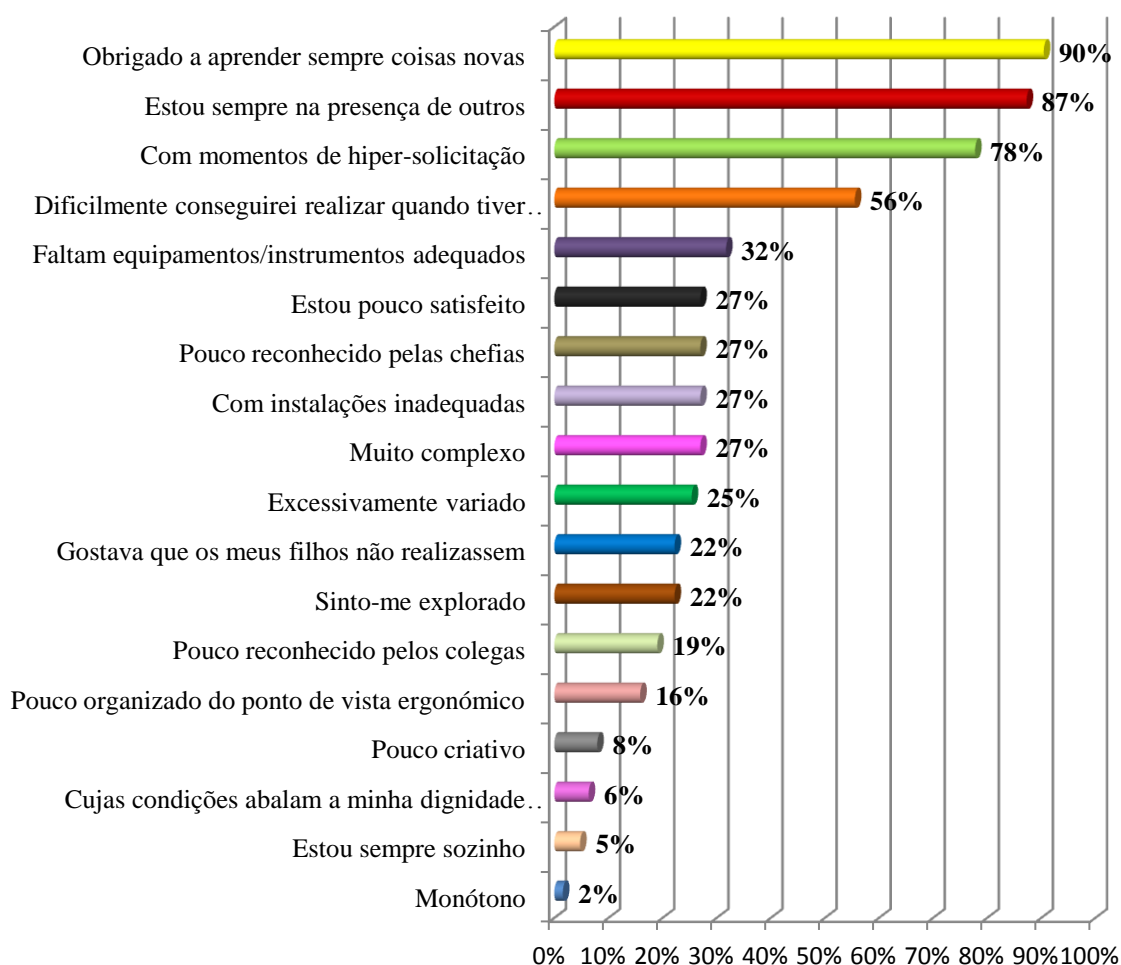


Figura 12 - Distribuição dos professores quanto às características do seu trabalho.

Tabela 6 - Disposição dos docentes quanto ao grau de incômodo que os constrangimentos das características do trabalho provocam.

	Grau de Incômodo				
	Muito Incômodo	Bastante Incômodo	Incômodo	Pouco Incômodo	Nenhum Incômodo
Onde sou obrigado a aprender sempre coisas novas	-	-	5%	19%	<b>75%</b>
Onde estou sempre na presença de outros	-	-	4%	22%	<b>75%</b>
Com momentos de hiper solicitação	6%	10%	<b>35%</b>	24%	24%
Que dificilmente conseguirei realizar quando tiver 60 anos	<b>46%</b>	14%	20%	-	20%
Onde faltam equipamentos/instrumentos adequados	<b>30%</b>	15%	<b>40%</b>	10%	5%
Com o qual, de modo geral, estou pouco satisfeito	<b>59%</b>	6%	24%	-	12%
Que, de forma geral, é pouco reconhecido pelas chefias	<b>47%</b>	24%	24%	6%	-
Com instalações inadequadas	<b>35%</b>	18%	<b>45%</b>	6%	6%
Muito complexo	-	-	24%	53%	24%
Excessivamente variado	6%	-	13%	25%	56%
Que gostava que os meus filhos não realizassem	29%	14%	29%	7%	21%
No qual, de forma geral, me sinto explorado	<b>71%</b>	14%	14%	-	-
Que, de forma geral, é pouco reconhecido pelos colegas	<b>33%</b>	17%	<b>42%</b>	8%	-
Que, de forma geral, está pouco organizado do ponto de vista ergonômico	-	10%	<b>50%</b>	20%	20%
Pouco criativo	-	-	20%	20%	60%
Cujas condições abalam a minha dignidade enquanto ser humano	<b>75%</b>	-	25%	-	-
Onde estou sempre sozinho	-	-	-	67%	33%
Monótono	<b>100%</b>	-	-	-	-

#### 4.1.13 Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais

Pela análise do gráfico da figura 13 é possível concluir que apenas 3% dos docentes já sofreram um acidente de trabalho. Todavia, estes afirmaram que o acidente ocorreu no trabalho passado e que não ficaram com alguma incapacidade reconhecida.

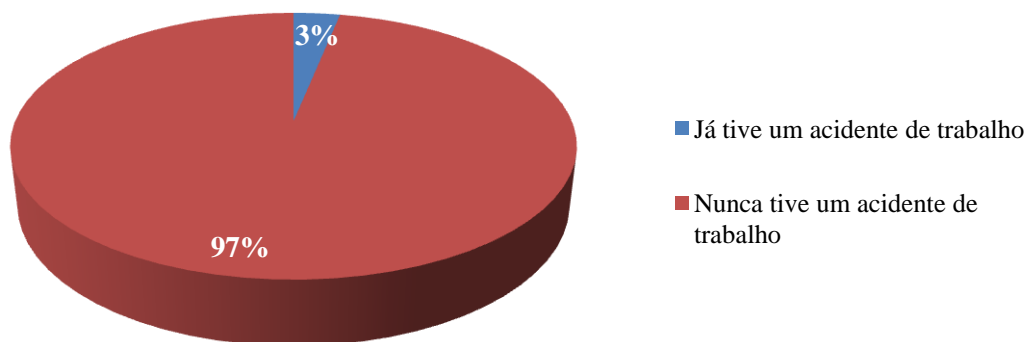


Figura 13 - Distribuição dos docentes quanto aos acidentes de trabalho.

O gráfico da figura 14 demonstra que a 5% dos professores já lhes foi diagnosticada uma doença profissional. Sobre a doença, 2 dos docentes afirmaram tratar-se de uma depressão e um deles indicou ser uma tendinite. Contudo, ambos indicaram que a doença foi diagnosticada no trabalho passado.

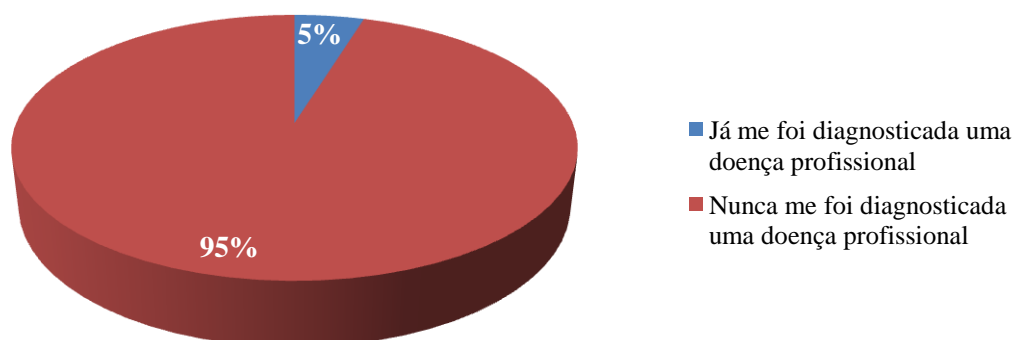


Figura 14 - Distribuição dos professores em relação às doenças profissionais.

O número de professores que já sofreram um acidente de trabalho ou que já lhes foi diagnosticada uma doença profissional é, na amostra deste estudo, residual. Isto não conduz, todavia, a ignorar a existência de outros problemas, nomeadamente “pequenos”

problemas de saúde que não têm estatuto de patologia, mas que prejudicam o dia a dia e o bem-estar dos profissionais de educação.

Como é possível observar no gráfico da figura 15, 21% dos docentes afirmaram ter tido necessidade, nos últimos doze meses, de faltar ao trabalho mais do que três dias seguidos.

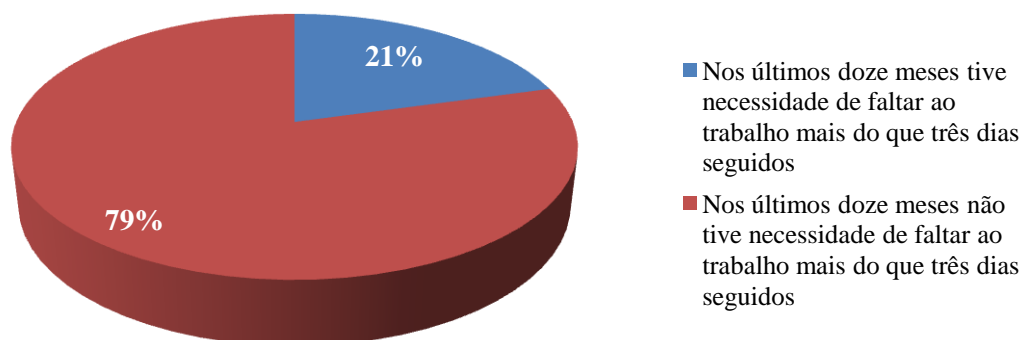


Figura 15 - Distribuição dos docentes em relação ao seu afastamento do trabalho.

O gráfico da figura 16 demonstra que para 38% dos docentes, o motivo da sua ausência deveu-se a outros problemas de saúde. Para outros 38%, os problemas de saúde relacionados com os filhos ou família provocaram o seu afastamento. Todavia, 21% dos professores afirmaram que o seu absentismo se deve ao facto de existirem problemas relacionados com o trabalho.

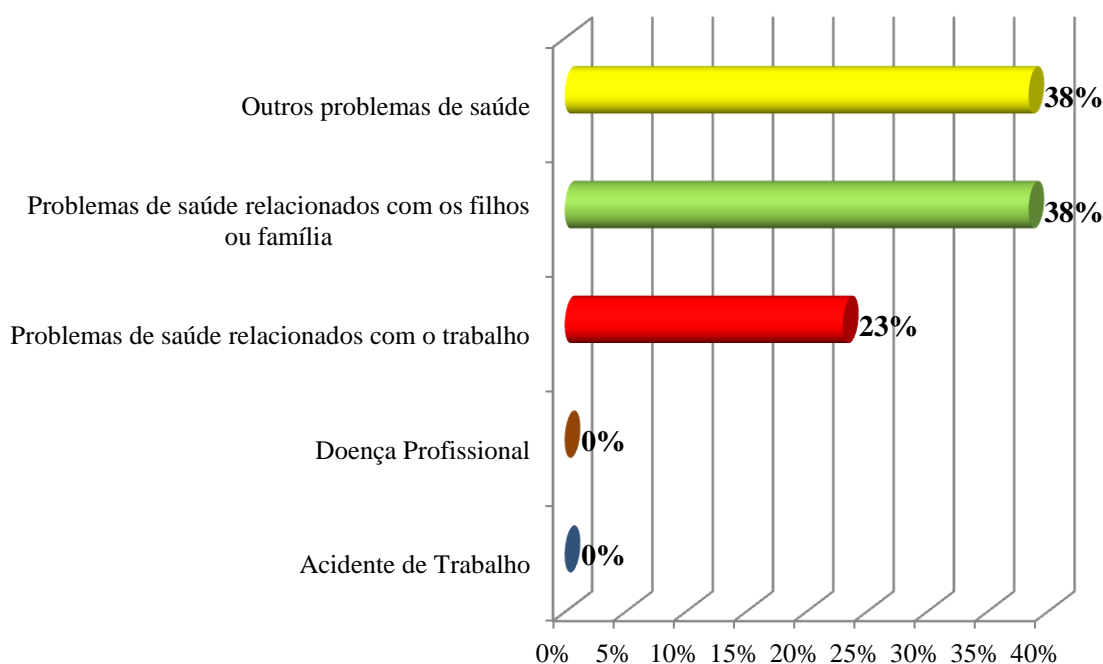


Figura 16 - Distribuição dos professores em relação aos motivos do seu afastamento do trabalho.

#### 4.1.14 Informação sobre os Riscos Profissionais

Quando questionados sobre a informação que possuem acerca dos riscos resultantes do seu trabalho, os docentes indicaram possuir bastante (32%), moderada (25%), nada (22%), muita (16%) ou pouca (5%) informação (ver figura 17).

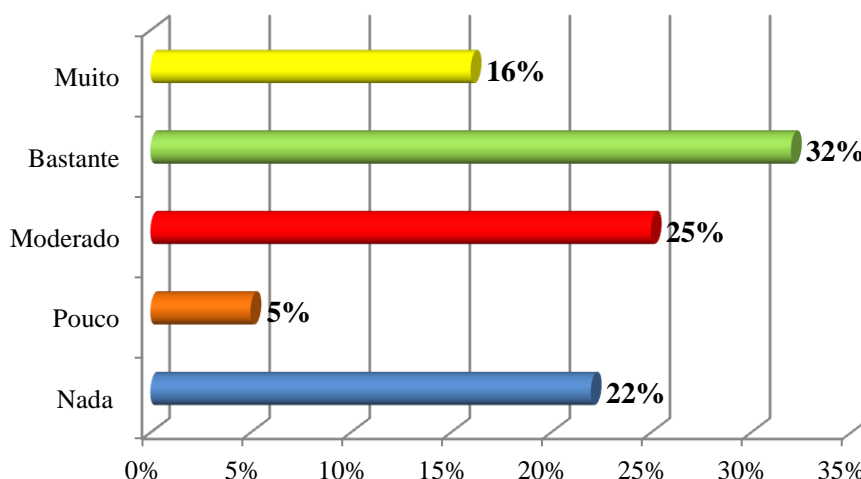


Figura 17 - Distribuição dos professores quanto ao conhecimento sobre os riscos resultantes do seu trabalho.

Ao analisar o gráfico da figura 18 é possível verificar que 30% dos professores consideraram que no seu trabalho, existe uma preocupação moderada em minimizar os riscos profissionais. Entretanto, 22% dos docentes afirmaram que esta preocupação é bastante e 19% dos inquiridos indicaram existir muita preocupação em minimizar os riscos profissionais. No entanto, 14% dos profissionais declararam que não existe preocupação e outros tantos, referiram que, no seu trabalho, existe pouca preocupação em minimizar os riscos profissionais.

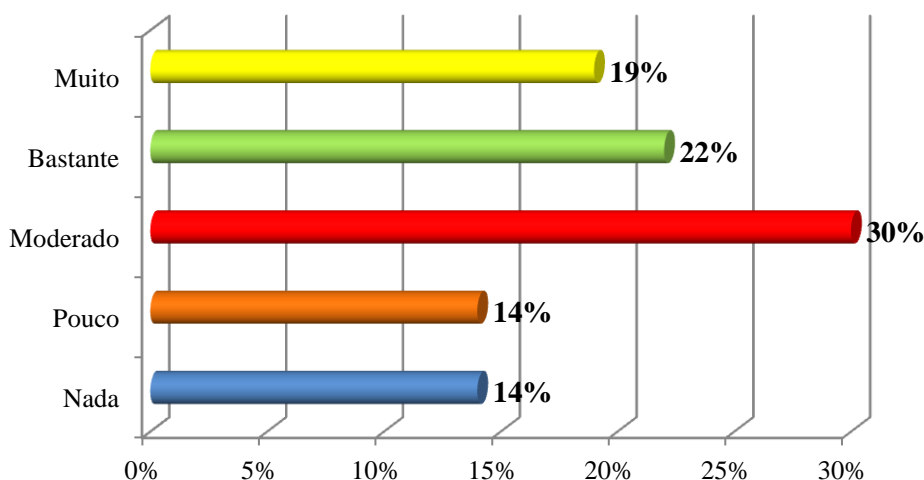


Figura 18 - Distribuição dos docentes quanto à preocupação existente em minimizar os riscos profissionais.

O gráfico da figura 19 mostra que 75% dos docentes afirmaram que não se justifica a existência de proteção individual no seu local de trabalho. Todavia, 14 % dos professores indicaram, no seu local de trabalho, ter à disposição proteção individual. Por sua vez, 10% dos inquiridos declararam não existir proteção individual, à disposição, no seu local de trabalho.

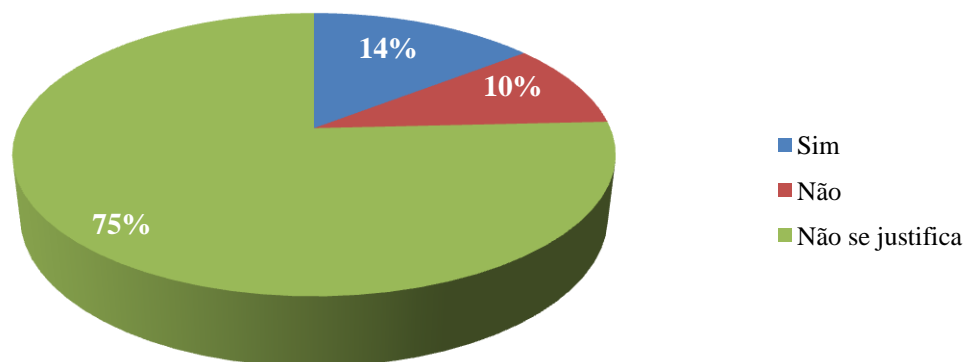


Figura 19 - Distribuição dos trabalhadores em relação à disponibilidade de proteção individual no seu local de trabalho.

Ao analisar o gráfico da figura 20 é possível verificar que 73% dos docentes afirmaram não se justificar a existência de proteção coletiva no seu local de trabalho. Por sua vez, 17% dos professores indicaram não possuir, à sua disposição, proteção coletiva no seu local de trabalho. Todavia, 10% dos inquiridos declararam existir, à sua disposição, proteção coletiva no seu local de trabalho.

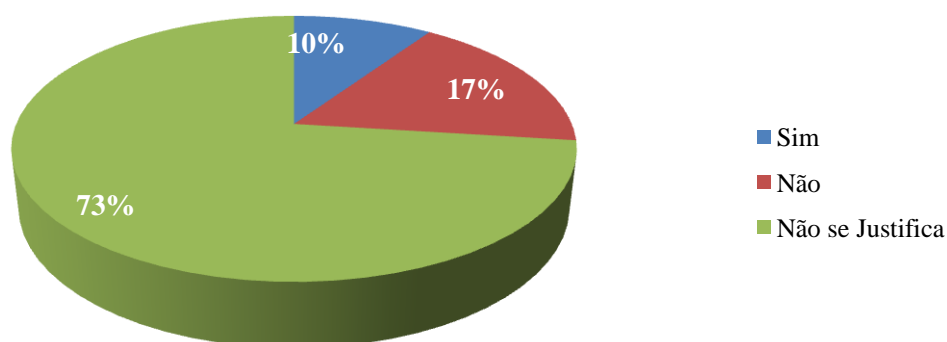


Figura 20 - Distribuição dos trabalhadores em relação à disponibilidade de proteção coletiva no seu local de trabalho.

Na análise deste estudo tornou-se relevante o facto de os docentes estarem, talvez, mais expostos a riscos associados à organização do trabalho, do que a riscos químicos, físicos, biológicos e ergonómicos. Ora, como é sabido os equipamentos de proteção



individual ou coletiva estão orientados para promover a proteção dos trabalhadores apenas contra os riscos de carácter físico, químico, biológico e ergonómico. Isto significa que apesar de um grande número de professores ter indicado não se justificar a existência de proteção individual (75%) ou coletiva (73%) no seu local de trabalho, tal não se traduz na inexistência de riscos nesta atividade.

#### 4.1.15 Saúde e Trabalho

Ao observar o gráfico da figura 21 é possível verificar que 32% dos docentes afirmaram indicar que a sua saúde está ou foi afetada moderadamente pelo trabalho realizado. Outros tantos indicaram que a sua saúde está ou foi pouco prejudicada pelo trabalho efetuado. Por sua vez, 17% dos professores declararam que a saúde não foi nada afetada pelo trabalho executado. Todavia, 11% dos inquiridos consideraram que a sua saúde está ou foi bastante afetada pelo trabalho e 8% afirmaram que a sua saúde está ou foi muito prejudicada pelo trabalho realizado.

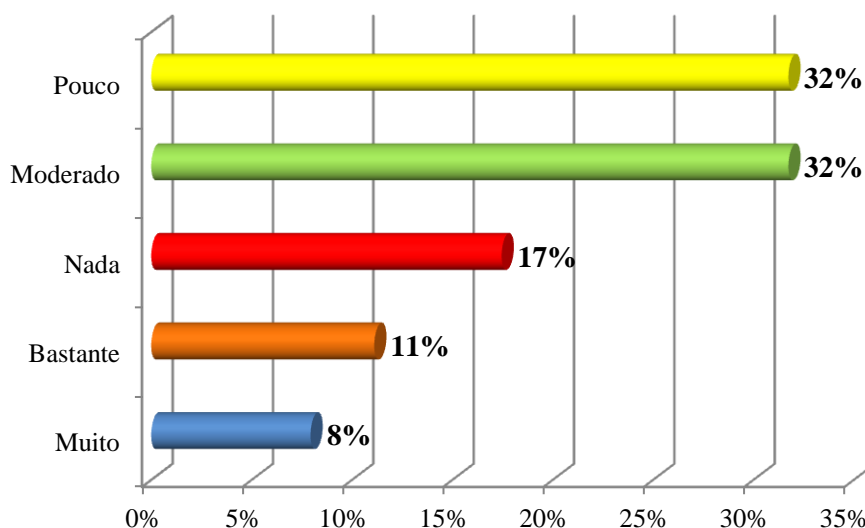


Figura 21 - Distribuição dos professores em relação ao grau em que a saúde está ou foi afetada pelo trabalho realizado.

A tabela 7 mostra que 46% dos professores afirmaram ter ou já tiveram problemas de voz, sendo que 59% indicaram que este problema de saúde foi causado pelo seu trabalho. Para 38% dos profissionais que declararam ter ou já ter tido problemas de sono, estes foram provocados pelo seu trabalho (46%) e agravados ou acelerados pelo tipo de trabalho realizado (46%). Entretanto, 35% dos docentes indicaram ter padecido ou padecer de dores de costas, sendo que 55% declararam ter sido um problema de saúde agravado ou acelerado pelo seu trabalho. Para os 33% de indivíduos que afirmaram sofrer ou já ter sofrido de dores de cabeça, este problema de saúde foi, para 48% dos mesmos, agravado ou acelerado pelo seu trabalho. Também, outros 33% indicaram sofrer ou já ter sofrido de

problemas nervosos, originados pelo seu trabalho (48%) e agravados ou acelerados pelo tipo de trabalho praticado (48%). Para os 30% de trabalhadores que indicaram ter ou já ter tido varizes, 53% referiram que este problema foi agravado ou acelerado pelo tipo de trabalho praticado. É possível verificar que 22% dos inquiridos afirmaram ter ou já ter tido problemas de visão, sendo que 43% declararam ter sido agravado ou acelerado pelo seu trabalho. Entretanto, 16% dos docentes afirmaram ter ou já ter tido adormecimento frequente dos membros, sendo que 70% considerou ser um sintoma agravado ou acelerado pelo seu trabalho. Para os 14% de professores que afirmaram sofrer ou já ter sofrido de dores de estômago, 67% dos mesmos também indicaram que este problema de saúde foi agravado ou acelerado pelo seu trabalho. Entretanto 11% dos professores afirmaram ter ou já ter tido dores musculares crônicas, sendo que 71% indicaram ter sido um problema agravado ou acelerado pelo tipo de trabalho realizado. Dos 6% de docentes que indicaram ter ou já ter tido feridas por acidente, 75% referiram terem sido provocadas pelo seu trabalho.

Tabela 7 - Disposição dos docentes quanto aos seus problemas de saúde e em relação às causas desses problemas.

Problemas de Saúde	Percentagem de professores com esse problema	Foi causado pelo seu Trabalho	Foi agravado ou acelerado pelo seu Trabalho	Não tem nenhuma relação com o seu Trabalho
Problemas de voz	<b>46%</b>	<b>59%</b>	28%	14%
Problemas de sono	<b>38%</b>	<b>46%</b>	<b>46%</b>	8%
Dores de costas	<b>35%</b>	27%	<b>55%</b>	18%
Dores de cabeça	<b>33%</b>	33%	<b>48%</b>	19%
Problemas nervosos	<b>33%</b>	<b>48%</b>	<b>48%</b>	5%
Varizes	<b>30%</b>	26%	<b>53%</b>	21%
Problemas de visão	<b>22%</b>	21%	<b>43%</b>	36%
Adormecimento frequente dos membros	<b>16%</b>	20%	<b>70%</b>	10%
Dores de estômago	<b>14%</b>	22%	<b>67%</b>	11%
Problemas músculo esqueléticos	14%	22%	33%	44%
Alergias	14%	11%	22%	67%
Problemas de pele	11%	14%	14%	71%
Dores musculares crônicas	<b>11%</b>	14%	<b>71%</b>	14%
Problemas digestivos	10%	-	50%	50%
Problemas de hipertensão arterial	8%	20%	40%	40%
Problemas respiratórios	6%	-	50%	50%

Feridas por Acidente	<b>6%</b>	<b>75%</b>	-	25%
Problemas de audição	6%	50%	-	50%
Problemas de menstruação ou problemas de próstata	3%	-	50%	50%
Doenças infecciosas	3%	50%	-	50%
Problemas de infertilidade ou na gravidez	3%	-	50%	50%
Problemas cardíacos	2%	-	100%	-
Problemas renais	2%	-	-	100%

Como demonstrado na tabela 7 e após a análise dos resultados, é possível afirmar que existe uma clara relação entre os problemas de saúde declarados e o tipo de trabalho desenvolvido pelos professores. Exemplo disso são, por exemplo, os docentes que indicaram possuir problemas de voz (46%), sendo que 59% dos mesmos indicou tratar-se de um problema de saúde causado pelo tipo de trabalho praticado ou, por exemplo, os professores que afirmaram ter problemas de sono (38%), sendo que 46% afirmou ser um problema de saúde provocado pelo tipo de trabalho realizado.

Ao observar o gráfico da figura 22 é possível verificar que 33% dos professores consome frequentemente medicamentos.

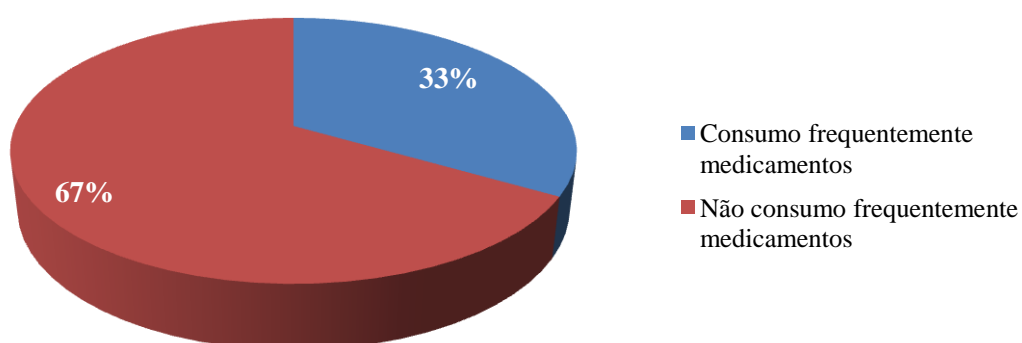


Figura 22 - Distribuição dos docentes quanto ao consumo frequente de medicamentos.

#### 4.1.16 Saúde e Bem-estar

Quando questionados sobre a sua saúde, 56% dos docentes indicaram que ultimamente perdiam a paciência com facilidade, sendo que 74% dos mesmos afirmaram tratar-se de um problema relacionado com o trabalho. Do total de inquiridos, 43%

declararam sentirem-se nervosos ou tensos, sendo que 70% consideraram estar relacionado com o trabalho executado. Entretanto, 27% dos professores indicaram acordar muito cedo e ter dificuldade em voltar a adormecer, problema que 47% afirmaram estar relacionado com o trabalho praticado. Também 22% dos docentes declararam ter dificuldade em estar de pé durante muito tempo e 50% dos mesmos garantem ser um problema relacionado com o seu trabalho. Dos 19% de trabalhadores que afirmaram ter preocupações que não os permitem dormir, 58% destes indicaram tratar-se de uma dificuldade relacionada com o trabalho realizado. Outros 19% afirmaram estarem sempre cansados e 50% dos mesmos indicaram ser um problema relacionado com o trabalho. Alguns professores (16%) declararam sentirem-se deprimidos ao acordar, problema que consideraram estar relacionado com o trabalho desempenhado (50%). Também 16% dos indivíduos afirmaram consumir comprimidos para dormir, dificuldade que garantem estar relacionada com o trabalho (50%). Entretanto, 13% dos professores referiram levar muito tempo para adormecer, problema que para 50% está relacionado com o tipo de trabalho executado. Para 11% dos docentes que referiram sentir que não podem contar com ninguém, 57% dos mesmos garantem tratar-se de um problema relacionado com o trabalho desempenhado. Entretanto 10% dos professores afirmaram que os dias parecem que nunca mais acabam, sendo que 67% consideraram que este sintoma está relacionado com o trabalho realizado (ver tabela 8).

Tabela 8 - Disposição dos professores quanto aos seus problemas de saúde e a sua relação com o trabalho realizado.

Problema	Percentagem de professores com esse problema	Percentagem de professores que relacionam o problema com o trabalho realizado
Ultimamente perco a paciência com facilidade	<b>56%</b>	<b>74%</b>
Sinto-me nervoso, tenso.	<b>43%</b>	<b>70%</b>
Acordo muito cedo e tenho dificuldade em voltar a adormecer	<b>27%</b>	<b>47%</b>
Durmo mal de noite	22%	29%
Tenho dificuldade em estar de pé durante muito tempo	<b>22%</b>	<b>50%</b>
As preocupações não me deixam dormir	<b>19%</b>	<b>58%</b>
Eu estou sempre cansado.	<b>19%</b>	<b>50%</b>
Sinto-me deprimido ao acordar	<b>16%</b>	<b>60%</b>
Tomo comprimidos para dormir.	<b>16%</b>	<b>50%</b>
Sinto que estou a perder o controlo	14%	33%
Levo muito tempo a adormecer	<b>13%</b>	<b>50%</b>
Tenho dores quando mudo de posição.	13%	25%

Tudo me desanima	13%	38%
Tenho dores quando estou em pé	11%	43%
Sinto que não posso contar com ninguém	<b>11%</b>	<b>57%</b>
Tenho dores durante a noite.	11%	14%
Os dias parecem que nunca mais acabam	<b>10%</b>	<b>67%</b>
Tenho dificuldade em baixar-me	10%	33%
Já nem sei o que é sentir-me bem com a vida.	10%	-
Tenho dores ao subir ou descer escadas ou degraus	8%	40%
Tenho dificuldade em subir ou descer escadas ou degraus	8%	40%
As dores não me largam	6%	50%
Tenho dores ao andar	6%	25%
Sinto-me só.	6%	50%
Tem sido difícil dar-me com as pessoas	5%	33%
Estou a ficar sem forças	5%	33%
Passo a maior parte da noite acordado	5%	33%
Custa-me estar com outras pessoas	5%	33%
Tenho dores quando estou sentado	3%	-
Sinto que não vale a pena viver	3%	50%
Tenho dificuldade em vestir-me	3%	-
Tudo me custa fazer	3%	50%
Tenho dores insuportáveis	3%	-
Preciso de ajuda para andar quando estou fora de casa	2%	100%
Sinto que sou um peso para as outras pessoas	2%	-
Tenho dificuldade em chegar às coisas	2%	-
Só consigo caminhar dentro de casa.	2%	-
Não consigo mesmo andar	-	-



## 5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a realização de uma análise estatística descritiva dos dados recolhidos e com o objetivo de estabelecer relações entre algumas variáveis, foi também utilizada a estatística inferencial. As ilações descritas neste trabalho são aplicáveis apenas à amostra estudada, e não podem ser extrapoladas para a população em geral.

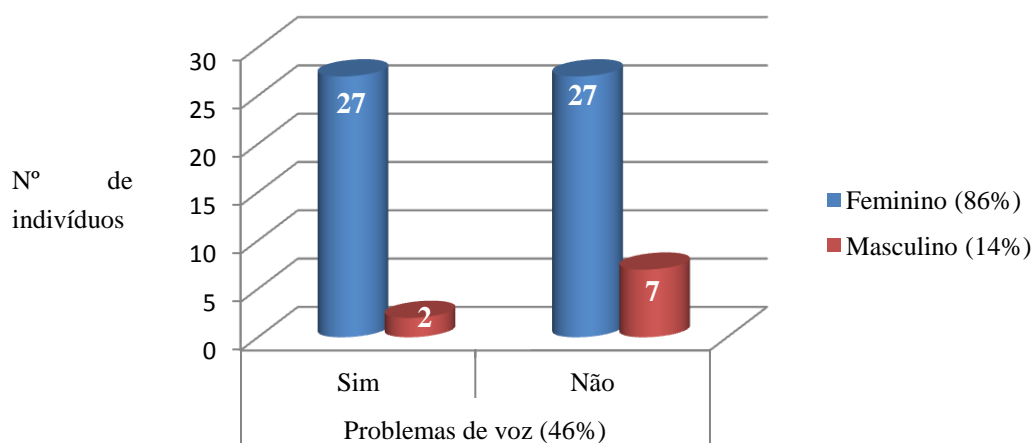
O teste estatístico utilizado, para efetuar as seguintes associações foi o teste do Qui-quadrado. Contudo em alguns acontecimentos, ao calcular os valores esperados de cada célula das tabelas, obtiveram-se alguns valores menores que 5. Assim sendo, nem sempre se encontraram reunidas todas as condições que permitissem a correta aplicação deste teste (Howell, 1992). Como tal, e de maneira a resolver esta problemática, nas tabelas onde foi encontrada esta situação, utilizou-se o teste de Fischer. O nível de significância utilizado foi o valor de 0,05 (Anexo 2).

Todavia, existem associações que demonstraram não ter uma relação estatisticamente significativa. No entanto, nestes casos é necessário assumir, na interpretação dos dados, uma análise estatística não determinada apenas pela significância dos resultados (Volkoff, 2010), não só porque, o tamanho da amostra influi na análise e na significância destes resultados, mas também há resultados que são importantes, ainda que não traduzidos através da significância estatística.

Apesar das limitações em termos de investigação sobre a incidência e prevalência dos problemas de voz, constata-se que os professores são, efetivamente, profissionais com maior risco vocal devido ao desgaste vocal resultante do desempenho profissional, associado na maioria das situações à falta de (in)formação em voz (Guimarães, 2004).

Nos estudos que envolvem apenas professores, Vilkman (1996) descobriu que entre 50% e 80% dos professores referem problemas de voz, enquanto Scalco, Pimentel & Pilz (1996) encontraram uma percentagem de 46%, exatamente a mesma percentagem de docentes, que neste estudo, afirmaram possuir problemas de voz.

Ao estabelecer uma correlação entre o género dos professores e os problemas de voz relatados por cada um dos indivíduos, não foi possível verificar a existência de uma relação estatisticamente significativa, como mostra a figura 23.



Conforme demonstrado no capítulo anterior, é possível observar que 30% dos professores inquiridos indicaram ter ou já ter tido varizes (derrames, “aranhas” vasculares). Este problema de saúde pode estar associado ao facto de alguns professores terem de permanecer muito tempo de pé em deslocamento (21%).

No entanto, o gráfico da figura 24 demonstra que não existe uma relação estatisticamente significativa entre estas duas variáveis.

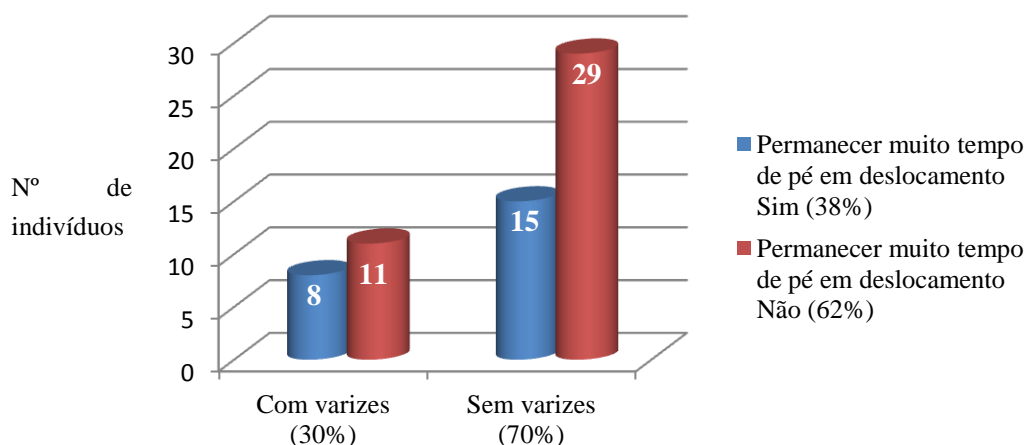


Figura 24 - Permanecer muito tempo de pé em deslocamento versus varizes.

Uma situação semelhante ocorre ao cruzar os dados relativos aos professores que permanecem muito tempo sentados (16%) e o adormecimento frequente dos membros (16%), como mostra o gráfico da figura 25. Foi possível aferir que não existe nenhuma relação estatisticamente significativa entre estas duas inconstantes.

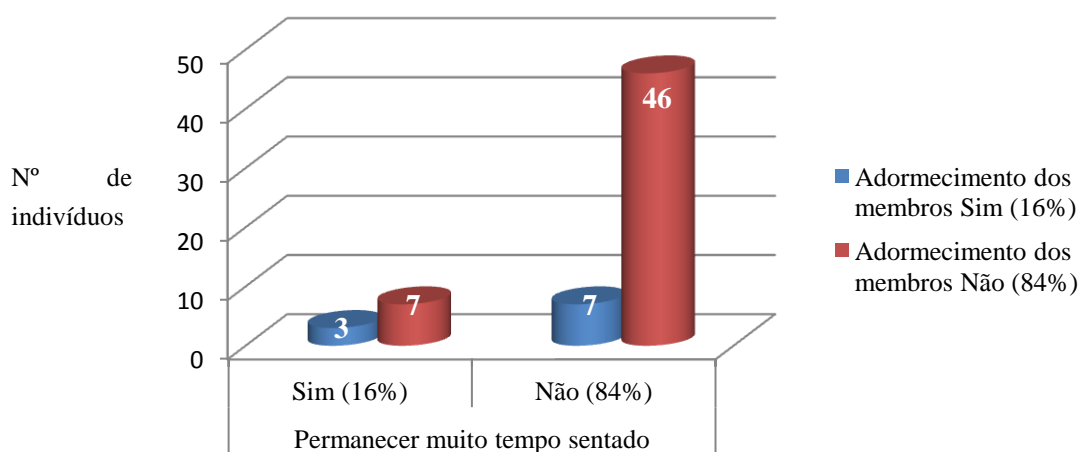


Figura 25 - Permanecer muito tempo sentado versus adormecimento dos membros.

A categoria de professores, principalmente do ensino público, tem apresentado muitas queixas referentes à exposição ao ruído nas escolas (Oliveira, 2005). Neste estudo, um total de 24% indivíduos indicaram estar expostos, no seu local de trabalho, a ruído nocivo ou incómodo. Os resultados dos efeitos do ruído incluem sentimentos negativos como: fadiga



cognitiva e prejuízos de memória; compreensão reduzida em tarefas complexas; aborrecimento; tensão; dores de cabeça e aumento da insatisfação profissional (Tang & Yeung, 2006).

Ao associar o número de professores expostos ao ruído nocivo ou incómodo com a presença de dores de cabeça, não foi encontrada nenhuma relação estatisticamente significativa (ver figura 26). O mesmo acontece ao associar o número de docentes expostos ao ruído nocivo ou incómodo com os trabalhadores que afirmaram possuir problemas auditivos (ver figura 27).

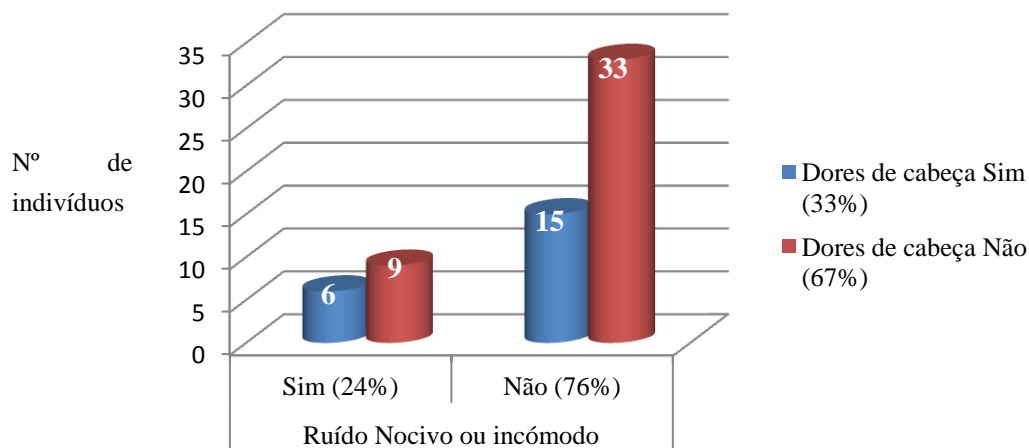


Figura 26 - Exposição ao ruído nocivo ou incómodo versus dores de cabeça.

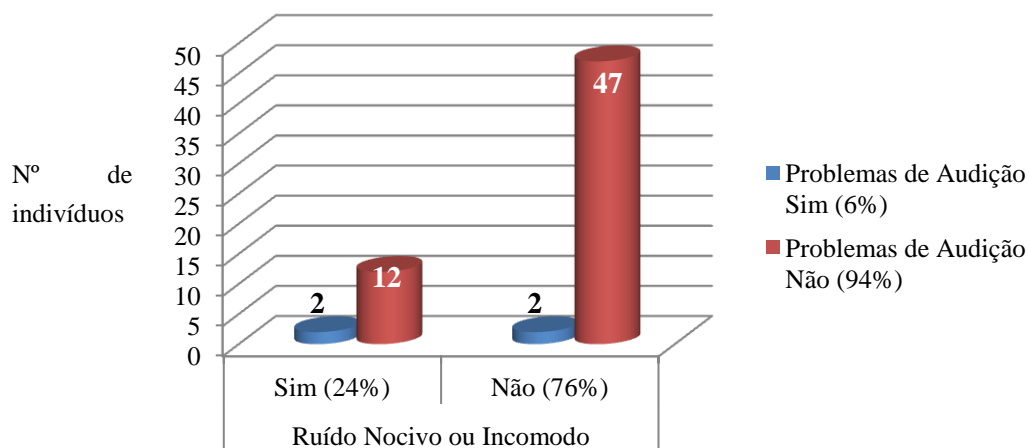


Figura 27 - Exposição ao ruído nocivo ou incómodo versus problemas de audição.

Uma situação semelhante, como demonstrado no gráfico da figura 28, ocorre ao cruzar os dados relativos aos docentes que afirmaram ter, no seu trabalho, instalações inadequadas ao nível do posto de trabalho, e os professores que referiram possuir problemas músculo-esqueléticos. Foi possível aferir, que não existe nenhuma relação estatisticamente significativa entre estas duas variáveis.

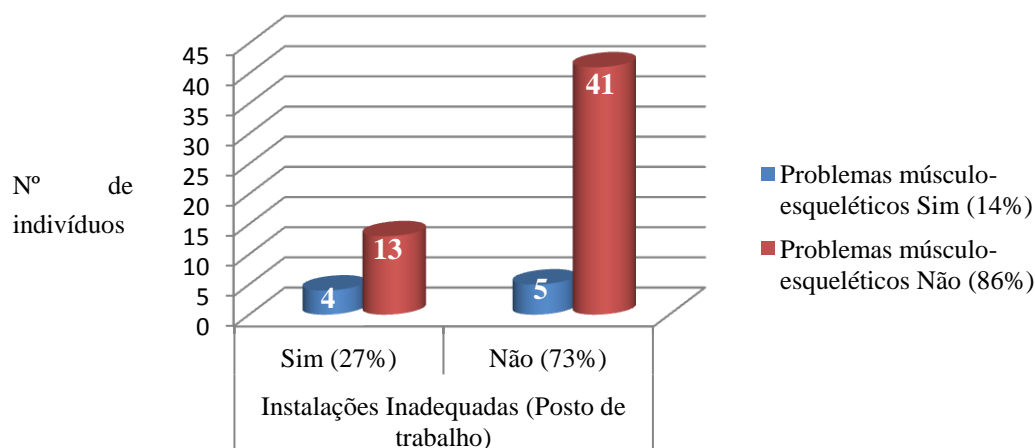


Figura 28 - Instalações inadequadas versus problemas músculo-esqueléticos.

Entre as várias características de trabalho existentes, 78% dos professores inquiridos indicaram que o seu trabalho é um trabalho com momentos de hiper-solicitação (exigências excessivas relacionadas com a atenção, concentração, esforço físico ou mental, ritmos de trabalho elevados). Esta problemática pode provocar nervosismo entre os docentes, caso comprovado por Tavares *et al* (2007) que afirma que uma das coisas que pode originar nervosismo ou tensão nos professores são os ritmos de trabalho elevados e o esforço físico.

Ao cruzar os dados relativos aos professores que indicaram possuir um trabalho com momentos de hiper-solicitação e os docentes que afirmaram sentirem-se nervosos, ou tensos, não foi possível encontrar uma relação estatisticamente significativa (ver figura 31). O mesmo acontece ao associar o número de professores que referiram ter que se apressar durante o seu trabalho com os professores que possuem problemas nervosos (ver figura 32).

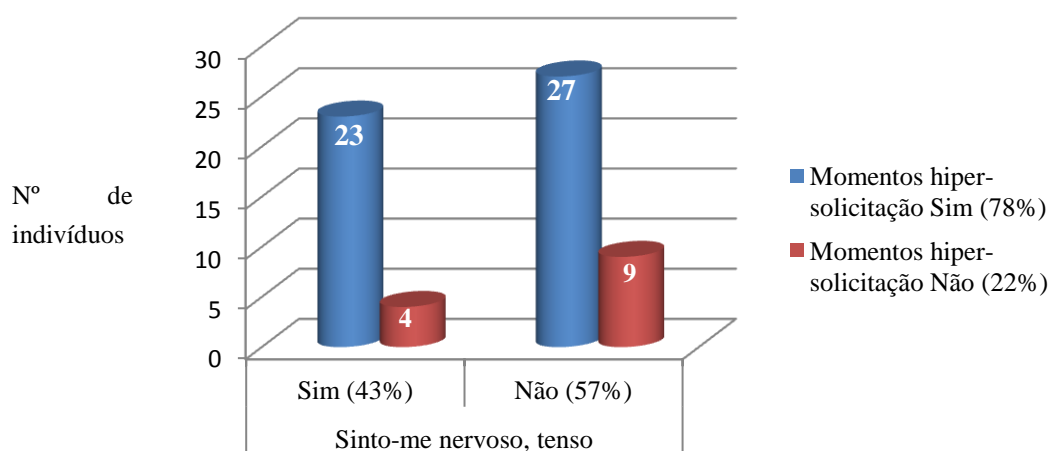


Figura 29 - Momentos de hiper-solicitação versus nervosismo, tensão.

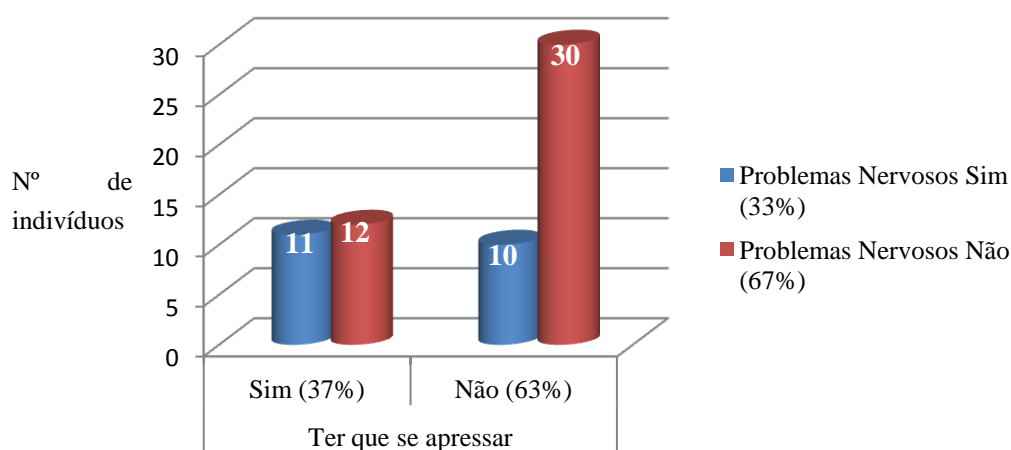


Figura 30 - Ter que se apressar versus problemas nervosos.

Uma situação semelhante ocorre ao associar os dados dos professores que afirmaram ter, no seu local de trabalho, de fazer várias coisas ao mesmo tempo (63%) e os docentes que indicaram estarem sempre cansados (19%). Foi possível concluir que não existe nenhuma relação estatisticamente significativa entre estas duas variáveis (ver figura 33).

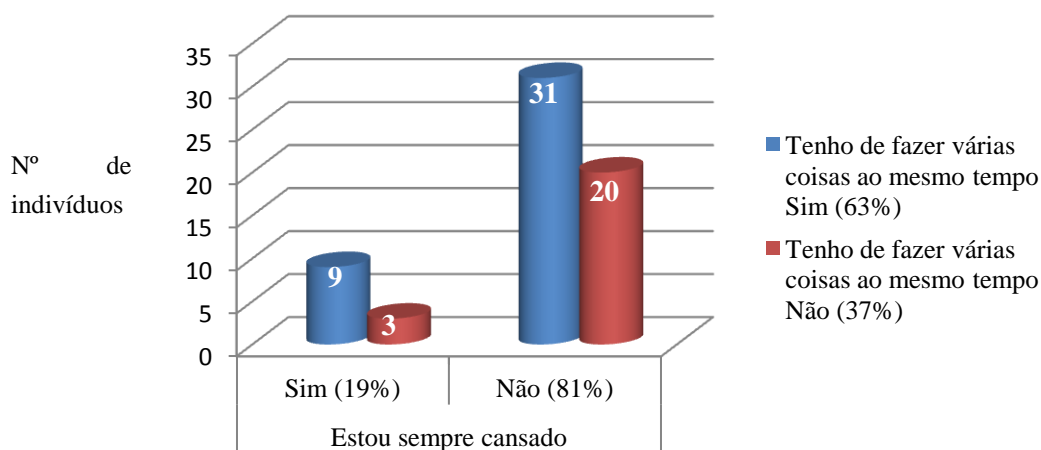


Figura 31 - Ter de fazer várias coisas ao mesmo tempo versus sentir-se sempre cansado.

Uma das queixas de saúde apresentadas pelos professores diz respeito aos problemas de sono (sonolência, insônia), referidos por 38% dos inquiridos. Ao cruzar os dados relativos a esta situação com o número de profissionais que afirmaram ter que dormir a horas pouco usuais por causa do trabalho (24%), não foi possível obter uma relação estatisticamente significativa (ver figura 35).

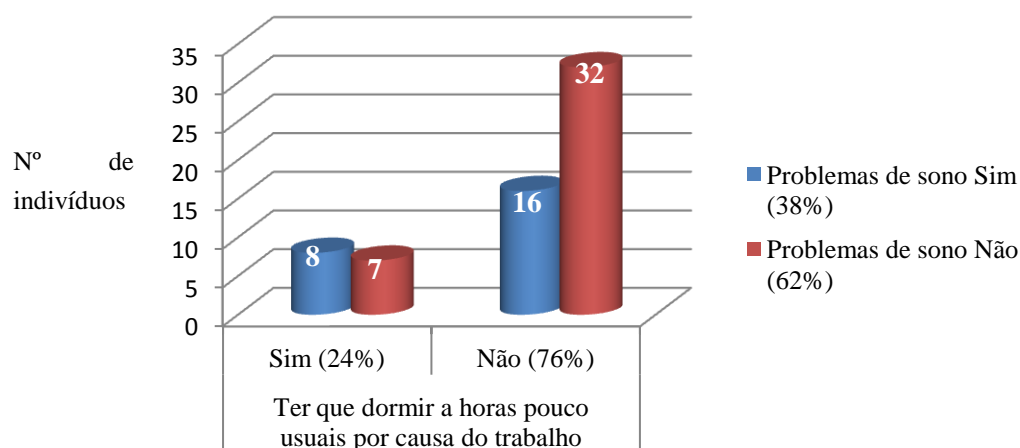


Figura 32 - Ter que dormir a horas pouco usuais versus problemas de sono.

Entre as várias queixas existentes sobre as relações de trabalho, a mais declarada por parte dos professores, diz respeito à exposição ao risco de agressão verbal no seu local de trabalho (44%). Ao cruzar os dados desta variável com a variável sexo dos professores, não foi possível obter uma relação estatisticamente significativa (ver figura 33). No entanto, esta situação pode dever-se ao facto de a preponderância de mulheres (54) em relação aos homens (9), não permitir que todos os tipos de experiências sejam retratadas na amostra masculina.

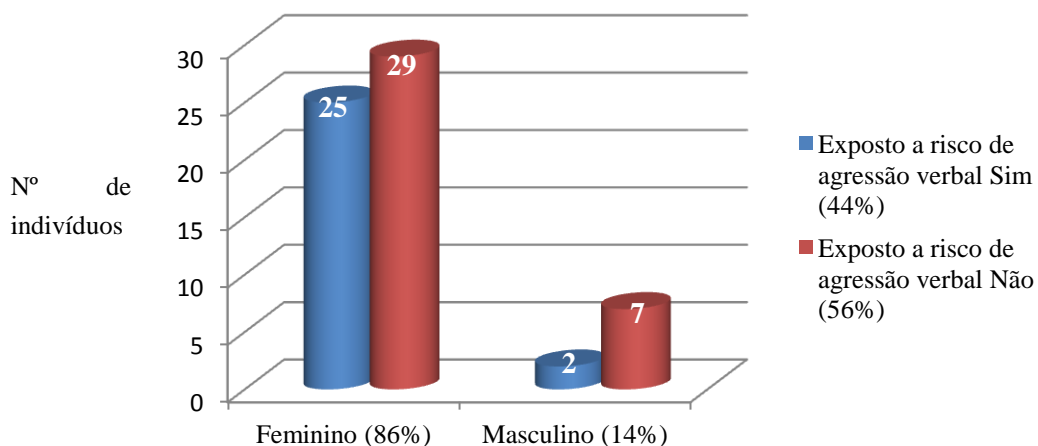


Figura 33 - Género versus exposição ao risco de agressão verbal.

Uma situação semelhante ocorre ao associar os dados relativos aos professores que referiram estarem expostos ao risco de intimidação (25%) e o número de anos que trabalham na mesma instituição.

No entanto, ao analisar o gráfico da figura 34, é possível observar que os professores que trabalham na mesma instituição entre 16 e 30 anos são os que afirmaram,

em maior quantidade, estarem expostos ao risco de intimidação no seu local de trabalho. Em contrapartida, os docentes que trabalham na mesma escola há mais de 31 anos não consideraram estarem expostos a este tipo de risco.

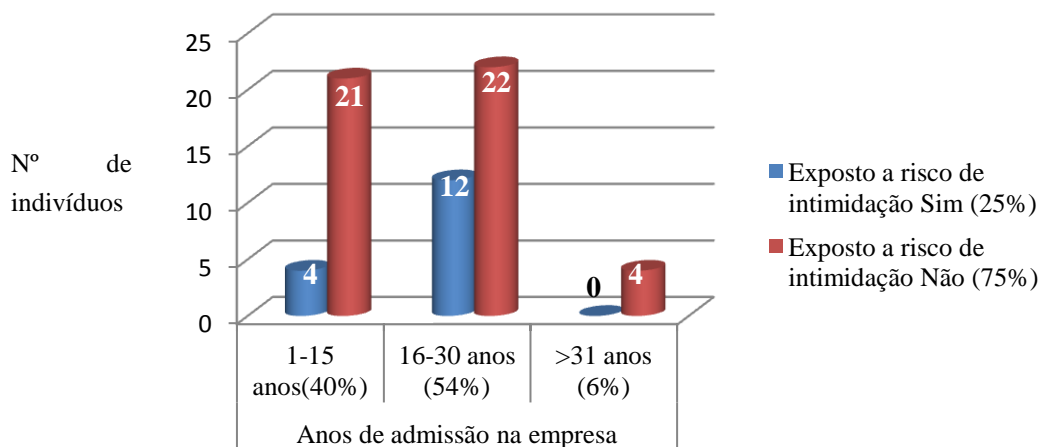


Figura 34 - Anos de admissão na empresa versus exposição ao risco de intimidação.

Conforme referido no capítulo anterior, 56% dos professores indicaram ter de trabalhar durante longos períodos de tempo ao computador. Ao cruzar esta variável com a variável referente aos problemas de visão (22%), é possível obter uma relação estatisticamente significativa, observável na figura 35. Tal parece indicar que os indivíduos que referiram trabalhar durante longos períodos de tempo ao computador são também os que possuem problemas de visão (12).

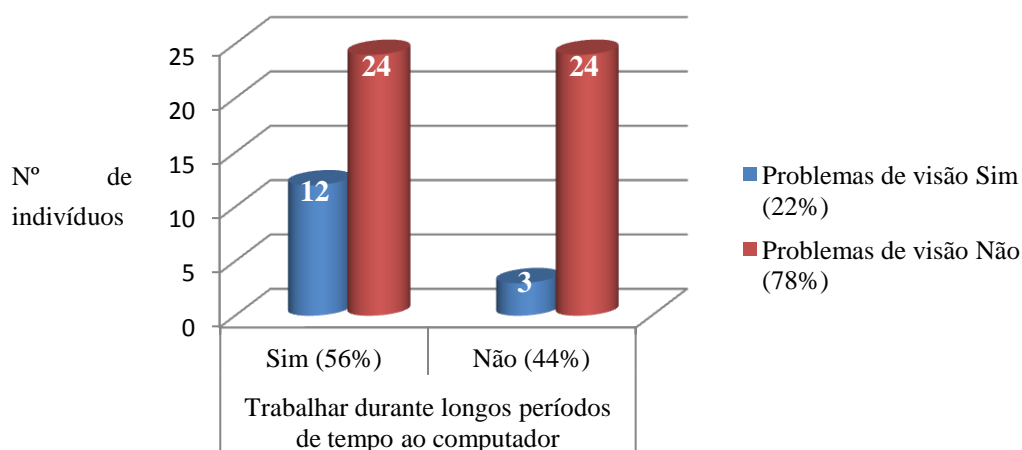


Figura 35 - Trabalhar durante longos períodos de tempo ao computador versus problemas de visão.

Uma situação idêntica acontece quando se cruza os dados relativos aos professores que afirmaram ter que ultrapassar o horário normal de trabalho (71%) e os docentes que indicaram, ultimamente, perder a paciência com facilidade (56%). Com este estudo, é

possível concluir que os indivíduos que têm de ultrapassar o seu horário normal de trabalho, também perdem a paciência com mais facilidade (27) (ver figura 36).

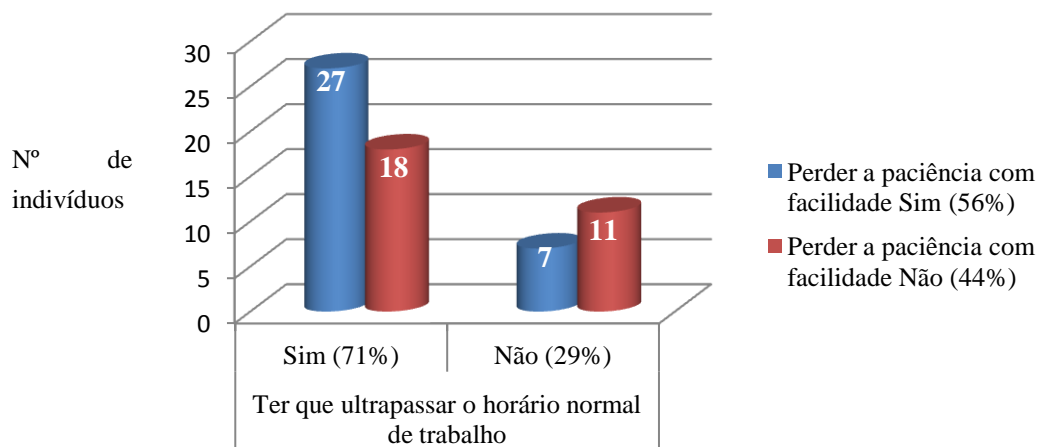


Figura 36 - Ter de ultrapassar o horário normal de trabalho versus perder a paciência com facilidade.

O gráfico da figura 37 mostra que existe uma relação estatisticamente significativa entre os trabalhadores que afirmaram estar expostos a calor/frio ou a variações de temperatura (27%) e os professores que indicaram ter problemas respiratórios (6%). Com este estudo é possível aferir que os professores que indicaram possuir problemas respiratórios, também afirmaram estar expostos a calor/frio ou a variações de temperatura (4).

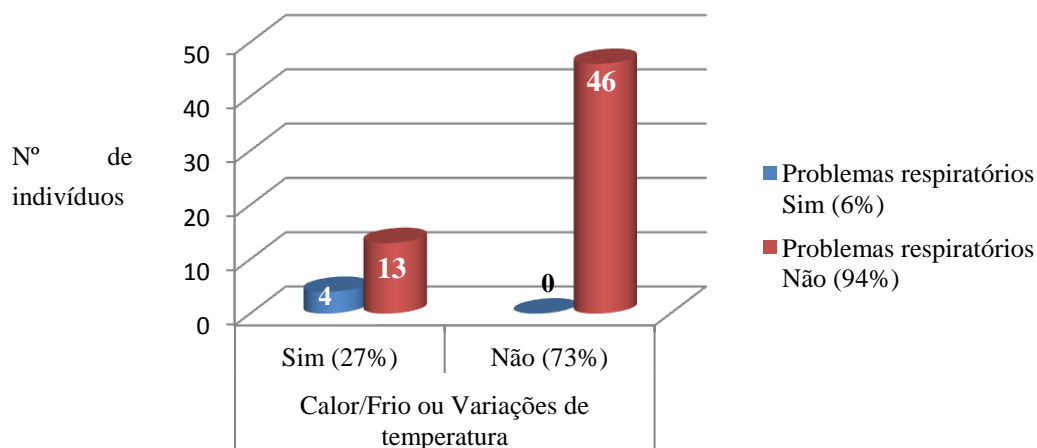


Figura 37 - Exposição a calor/frio ou variações de temperatura versus Problemas respiratórios.

Uma situação semelhante acontece, quando se associa os dados dos professores que indicaram ter de obedecer a um horário de trabalho rígido, sem qualquer possibilidade de pequenas alterações (38%), com os docentes que afirmaram ter um trabalho que dificilmente conseguiriam realizar quando tiverem 60 anos (56%). A figura 38 parece indicar que a maior parte de trabalhadores que afirmou ter de obedecer a um horário de

trabalho rígido, também considerou que quando tiver 60 anos não poderá realizar um trabalho idêntico ao executado neste momento (16).

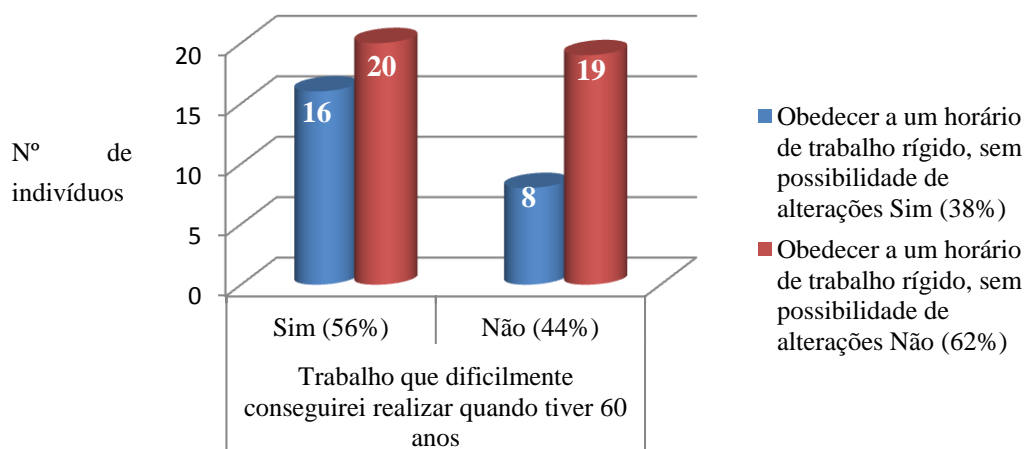


Figura 38 - Obedecer a um horário de trabalho rígido versus dificilmente irá realizar quando tiver 60 anos.

O gráfico da figura 39 demonstra a existência de uma associação estatisticamente significativa entre os profissionais que afirmaram ter que "saltar" ou encurtar uma refeição, ou nem realizar a pausa por causa do trabalho (41%) e os docentes que indicaram ter problemas digestivos (10%). Tal parece indicar que a maioria dos profissionais que sofre de problemas digestivos são, também, sujeitos a não realizar ou a encurtar uma refeição.

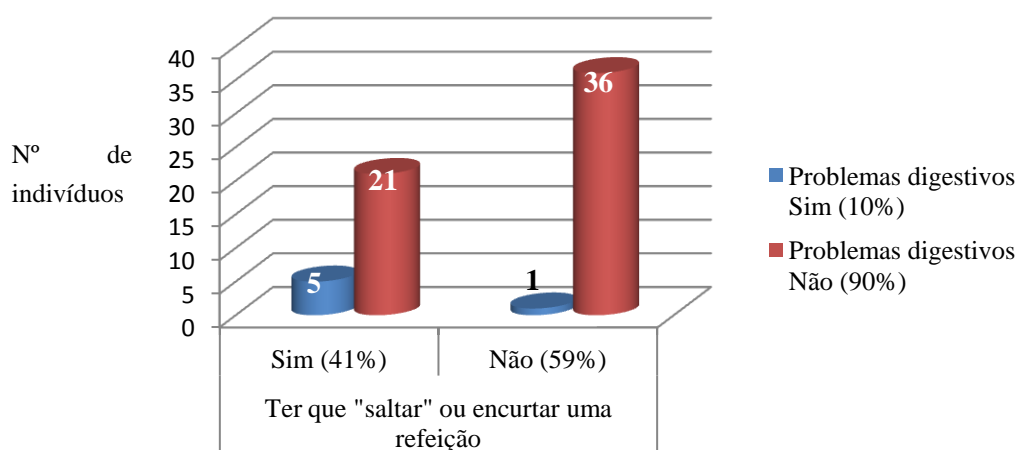


Figura 39 - Ter que "saltar" uma refeição versus problemas digestivos.





## 6 CONCLUSÕES

A educação é um dos pilares do desenvolvimento de uma sociedade. Nela, como cenário, encontram-se diversos atores (alunos, professores, diretores e funcionários) que desempenham diferentes papéis. Cada um deles tem a sua função definida, e para que cada um deles desempenhe com êxito a sua função, é necessário que as condições (ambientais, organizacionais e psicossociais) sejam favoráveis.

O trabalho deve assegurar as necessidades materiais do indivíduo, proporcionando riqueza e crescimento, mas tem igualmente que contribuir para o seu bem-estar social, promover a sua saúde e realização pessoal. De facto, o trabalho desempenha um papel fundamental na vida do indivíduo, pois é o local onde passa mais horas úteis do seu dia. Neste sentido, o indivíduo ao sentir-se bem na sua profissão, ao possuir um local de trabalho seguro e agradável, e ao estar rodeado de pessoas que lhe dão apoio, sente satisfação com o seu trabalho e melhora a sua qualidade de vida.

Ao longo dos tempos, a educação e consequentemente os professores têm sofrido transformações no seu quotidiano, na sequência das novas tecnologias, mudanças no sistema educativo e nas formas de organização do seu trabalho. Assim sendo, a rotina do trabalho mudou e as exigências socioeconómicas aumentaram, o que favorece a exposição destes trabalhadores a cargas de trabalho exaustivas e a dispor de menos tempo para o lazer e o convívio familiar, tornando-o vulnerável ao sofrimento e à doença.

Com a finalidade de avaliar as condições trabalho e os problemas de saúde existentes, relacionando-os com o trabalho docente, desenvolveu-se este estudo, que permitiu a discussão dos constrangimentos do trabalho e da saúde de 67 docentes pertencentes a três escolas situadas no distrito de Aveiro. Com esta investigação foi possível ultrapassar a abordagem tradicional de avaliação dos riscos, salientando o ponto de vista dos trabalhadores inquiridos através da declaração na primeira pessoa dos riscos ocupacionais a que estão expostos e o impacto destes na sua saúde.

Esta pesquisa permitiu desenvolver várias reflexões sobre o papel do professor e o seu desgaste profissional, sendo possível aferir que o desgaste provocado pelo trabalho dos professores é determinado, em boa parte, pelas condições em que o seu trabalho é realizado.

Todavia, e sem qualquer pretensão, foi possível verificar que os professores do sexo feminino apresentaram uma maior quantidade de queixas relacionadas com a saúde do que os docentes do sexo masculino, que praticamente consideraram não possuir nenhum problema de saúde.

Ao efetuar uma análise do trabalho e da saúde é muito importante considerar quer o que fica àquem dos limites de exposição, quer o que fica àquem da patologia. Embora estejam consagradas medidas legais para este tipo de situação, a verdade é que a atividade docente não apresenta elevados níveis de exposição a riscos profissionais, ao ponto de ser realizada uma intervenção regida por esta legislação.

No entanto, as condições de como foi desenvolvido o trabalho, trouxeram limitações, como é o caso da ausência da caracterização do local de trabalho dos professores, tendo em vista a preservação do anonimato. Ou seja, a preocupação com a confidencialidade dos dados acabou por interferir no desenvolvimento da investigação. A inexistência de uma análise da atividade que ajude a corroborar ou infirmar os resultados obtidos no INSAT constituiu-se como um forte constrangimento. Esta situação deveu-se ao próprio calendário letivo, pois, no 3º período, a pressão do tempo aumenta e o tempo disponível dos professores é ainda mais escasso.

Outra situação compreende o facto de não ter sido possível construir um momento para a restituição e validação dos dados por parte dos docentes inquiridos. Teria sido importante, para o desenvolvimento do trabalho, a opinião e as declarações dos professores face aos resultados obtidos.

Ainda, é possível citar que a escassez de estudos similares para devidas comparações foi um fator limitante na realização deste estudo.

Porém, é importante referir que não se deve desvalorizar a análise de uma atividade somente porque os resultados obtidos ficam àquem dos limites fixados de exposição ou da patologia.

A saúde e o trabalho, como valores humanos, devem estar associados de forma produtiva e prazerosa e as instituições escolares devem primar pelo aperfeiçoamento progressivo e sistemático das condições de trabalho para favorecer a sua missão de produção de conhecimento e desenvolvimento humano (Servilha & Arbach, 2011).

## **7 PERSPECTIVAS FUTURAS**

Como trabalhos futuros, parece ser importante continuar a perceber quais as condições de trabalho e de saúde dos professores. Para tal, estes estudos poderiam ser realizados de diversas formas. A título de exemplo: poderia ser aplicado o mesmo método de estudo, mas ampliando a amostra de maneira a que todos os docentes de uma mesma escola respondam ao inquérito proposto de maneira a perceber quais os constrangimentos de todos os profissionais que trabalham nessa mesma escola. Outra questão poderia compreender o alargamento do mesmo tipo de análise a outras escolas da mesma região, complementando sempre os resultados do INSAT com uma análise da atividade em contexto real de trabalho. Ainda assim, poderia ser interessante a obtenção de declarações, por entrevista, dos professores sobre os constrangimentos que sentem em relação ao seu ambiente de trabalho e à prática da sua atividade. Outra situação a analisar poderia ser idêntica a anterior, acrescentando medições efetuadas no terreno, tais como medições da temperatura ambiente, do ruído ocupacional, da iluminância, entre outros, de maneira a perceber se os valores medidos se encontram dentro dos limites de exposição ou se estão em concordância com os constrangimentos que os professores declaram sentir. Seria ideal que estes estudos fossem realizados em parceria com os administradores e diretores da instituição em questão, para que após a análise dos dados obtidos, seja possível intervir sobre os constrangimentos associados ao trabalho.

Outra questão seria o desenvolvimento de novos estudos com a finalidade de compreender a inadequação entre as mudanças educacionais propostas e implementadas, e a realidade que os trabalhadores enfrentam nas escolas. As contradições existentes podem estar na origem da exposição aos fatores de risco que afetam a saúde dos professores.

Os problemas indicados neste estudo podem ser um acontecimento presente na vida de todos os professores que trabalham nas escolas portuguesas e, consequentemente, um problema coletivo que deveria ser encaminhado para o Ministério da Educação, com o intuito de impulsionar programas, grupos de trabalho e estudos, que permitam a continuidade de pesquisas como esta e que possam futuramente intervir com estratégias de promoção da saúde e mudanças nas condições de trabalho dos professores.



---

## 8 BIBLIOGRAFIA

Araújo, T., Sena, I., Viana, M., Araújo, E. (2003). Saúde e trabalho docente: dando visibilidade aos processos de desgaste e adoecimento docente a partir da construção de uma rede de produção coletiva. *Educação em revista*, Belo Horizonte, v. 37, 183-202.

Assunção, A. (2003). Uma Contribuição ao Debate Sobre as Relações Saúde e Trabalho. 8:1005-18.

Barros-Duarte, C., Cunha, L. & Lacomblez, M. (2007). INSAT: uma proposta metodológica para análise dos efeitos das condições de trabalho sobre a saúde. *Laboreal*, 3, (2), 54-62. <http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=37t45nSU547112311:499682571>

Bauer, J., Unterbrink, T., Hack, A., Pfeifer, R., Buhl, V., Muller, U., Wesche, H., Frommhold, M., Seibi, R., Scheuch, K. & Wirsching, M. (2007). Working conditions, adverse events and mental health problems in a sample of 949 German teachers. *International Archives of Occupational and Environmental Health*, v. 80, n. 5, 442-449.

Braga da Cruz, M., Dias, A.R., Sanches, J.F. Ruivo, J.B., Pereira, J.C. & Tavares, J.J. (1988). A situação do professor em Portugal. *Análise Social*, XXIV, 103-104, 1187-1293.

Brito, J., Neves, M. & Athayde, M. (2001). Trabalhar na escola? “Só inventado o prazer”. Edições IPUB-CUCA, Rio de Janeiro.

Capel, S. (1987). The Incidence of and Influences on Stress and Burnout in Secondary School Teachers, *British Journal of Educational Psychology*, v. 57, 279-88.

Carlotto, M. (2003). Síndrome de Burnout e gênero em docentes de instituições particulares de ensino. *Revista de Psicologia da Universidade do Contestado*.

Carlotto, M. & Câmara, S. (2007). Preditores da Síndrome de Burnout em professores. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 101-110.

Codo, W. (1999). Educação: carinho e trabalho. Rio de Janeiro: *Vozes*. Laboratório de Psicologia do Trabalho.

Cruz, R. (2002). Medidas de carga mental de trabalho. São Paulo: *Casa do Psicólogo*, 183-199.

Cruz, R. & Lemos, J. (2005). Atividade Docente, Condições de Trabalho e Processos de Saúde. *Motrivivência*, n. 24, 59-80.

Dejours, C. (1998). Loucura do trabalho: Estudo de Psicopatologia do Trabalho. São Paulo: Editora Cortez Oboré.

Dimitrov, I. (1991). Neurological morbidity in teachers. *Folia Medica, Prodiv*, v. 33, n.3, 28-35.

---

Drago, A & Serra, N. (2008). Os desafios da Escola Pública: As condições de exercício da actividade docente. Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Esteve, J. (1999). Mudanças sociais e função docente. In A. Nóvoa, Profissão Professor, 93-124. Porto: Porto Editora.

Facchini, L. (1994). Uma contribuição da epidemiologia: o modelo de determinação social aplicado à saúde do trabalhador. Rio de Janeiro: *Vozes*.

Fontana, R. & Pinheiro, D. (2010). Condições de saúde auto-referidas de professores de uma universidade regional. *Revista Gaúcha Enfermagem*. Porto Alegre, v. 31, n. 2, 270-6.

Glina, D., Rocha L., Batista, M., Mendonça, M. (2001). Saúde Mental e Trabalho: Uma reflexão sobre o nexos com trabalho e o diagnóstico com base na prática. *Caderno de Saúde Pública*, v. 17, 607-16.

Greco, R., Oliveira, V. & Gomes, J. (1996). Cargas de trabalho dos técnicos operacionais da escola de enfermagem da Universidade de São Paulo. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 25, 59-75.

Guedes, A. (2008). Gestão da Saúde e Segurança do trabalho na escola. ACT: Autoridade para as Condições do Trabalho.

Guimarães, I. (2004). Os problemas de voz nos professores: prevalência, causas, efeitos e formas de prevenção. *Riscos Ocupacionais*, v. 22, n. 2.

Hautte, E., Claeys, S., Wuyts, F. & Lierde, K. (2012). Voice disorders in teachers: Occupational risk factors and psycho-emotional factors. Department of Otorhinolaryngology and Head and Neck Surgery, University Hospital Ghent, Belgium.

Howell, D. C. (1992). Qui-quadrado. Statistical methods for psychology, 3ª edição.

Jesus, S. N. (2000). Motivação e formação de professores. Coimbra: Quarteto Editora.

Laurell, A. & Noriega, M. (1989). Processo de produção e saúde – Trabalho e desgaste operário. São Paulo: Editora Hucitec.

Ling, C. (2006). Occupational Health Problems for teachers from Primary and Secondary Schools in Hong Kong. City University of Hong Kong.

Martins, J. (2008). Burnout na profissão docente. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Mendes, R. (1995). A patologia do trabalho. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Atheneu.

Miguel, A. S. (2010). Manual de Higiene e Segurança do Trabalho. Porto Editora, 11ª Edição.

Mouriño Mosquera J. (1978). O professor como uma pessoa, com uma investigação sobre os sentimentos dos professores. Sulina, 2ª edição. Porto Alegre.

NIOSH, Criteria for a recommended standard (2004). Occupational to disocyanates. USA. Department of Health, Education and Welfare, 78-215.

Nóvoa, A. (1999). O passado e o presente dos professores. Profissão professor. Porto Editora.

Odonne, I., Gastone, M., Briante, G., Chiatella, M. & Re, A. (1986). Ambiente de trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde. São Paulo. Edições Hucitec.

Oliveira, D. (2002). Mudanças na organização e na gestão do trabalho na escola. Autêntica, Belo Horizonte, 125-143.

Oliveira, D. (2003). As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente. Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes. Autêntica, Belo Horizonte, 13-35.

Oliveira, D. (2004). A Reestruturação do Trabalho Docente: precarização e flexibilização. *Educação & Sociedade*, v. 25, n. 89, 1127-1144.

Oliveira, T. (2005). Relação das condições de trabalho, qualidade de vida e percepção da voz em professores do ensino médio da rede municipal de Belo Horizonte. Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

Organização Internacional do Trabalho (1981). *Emploi et Conditions de Travail des Enseignants*. Genebra: Bureau International du Travail.

Paschoalino, J. (2008). A Complexidade do trabalho Docente na Actualidade.

Picado, L. (2005). Ansiedade na profissão docente. Mangualde. Edições Pedagogo.

Picado, L. (2009). Ser professor: do mal-estar para o bem-estar docente. O portal dos psicólogos.

Rita, J., Patrão, I. & Sampaio, D.(2010). Burnout, Stress Profissional e Ajustamento Emocional em professores portugueses do ensino básico e secundário. Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia.

Sácristan, J. (1999). Consciência e acção sobre a prática como libertação profissional dos professores. In A. Nóvoa, *Profissão Professor*, 63-92. Porto: Porto Editora.

Scalco, M., Pimentel, R. & Pilz, W. (1996). A saúde vocal do professor: levantamento junto a escolas particulares de Porto Alegre. Pró-Fono. São Paulo.

Seligmann-Silva, E. (1994). Desgaste mental no trabalho dominado. São Paulo: Cortez.

Servilha, E. & Arbach, M. (2011). Queixas de saúde em professores universitários e sua relação com fatores de risco presentes na organização do trabalho. São Paulo: *Distúrbios da Comunicação*, v. 23, n. 2, 181-191.

---

Silva, M. & Tamen, M. (1981). Sistema de ensino em Portugal. Fundação Calouste Gulbenkian.

Smith, E., Kirchner, H., Taylor, M., Hoffman, H. & Lemke, J. (1998). Voice problems among teachers: differences by gender and teaching characteristics. Department of Preventive Medicine, University of Iowa, v. 12, n. 3, 328-34.

Souto, D. (2004). Saúde no Trabalho: Uma revolução em andamento. Sesc Nacional, Rio de Janeiro.

Souza, K., Santos, M., Pina, J., Maria, A., Carmo, M. & Jensen, M. (2003). Trajetória do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ) na luta pela saúde no trabalho. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.8, n.4, 1057-1068.

Tang, S. & Yeung, M. (2006). Reverberation times and speech transmission indices in classrooms. The Hong Kong Polytechnic University. Hong Kong.

Tavares, E., Alves, F., Garbin, L., Silvestre, M. & Pacheco, P. (2007). Projeto de qualidade de vida: combate ao stress do professor. Campinas, Brasil.

Teodoro, A. (2006). Professores, para quê? Mudanças e desafios na profissão docente. Porto: Profedições, Lda.

Vedovato, T. & Monteiro, M. (2008). Perfil sociodemográfico e condições de saúde e trabalho dos professores de nove escolas estaduais paulistas. *Revista Escola de Enfermagem USP*, São Paulo, v. 42, n. 2.

Vilkmann, E. (1996). Occupational risk factors and voice disorders. Logopedics Phoniatics Vocology. Stockholm.

Volkoff, S. (2010). Statistiques "ouvertes" et ergonomie "myope" : combiner les niveaux d'analyse en santé au travail. *Sciences sociales et santé*, v. 28, n. 2, 11-30.







---

## **ANEXOS**

---

## **ANEXOS 1 – INSAT: Inquérito Saúde e Trabalho 2010**

---

## **ANEXOS 2 – Análise Estatística**